



Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

RELATÓRIO E CONTAS 2015

Atividade
Sindical

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES	4
1. SÓCIOS	5
1.1. Movimento de sócios	
1.2. Por situação, género e grupo etário	
1.3. Por Secção Sindical	8
2. ATIVIDADES	
2.1. Ação sindical	
2.1.1. Vida Institucional	
2.1.2. Contratação Coletiva	
2.1.3. Sindicalização	
2.1.4. Informação	
2.1.5. Globalização e Cooperação	
2.2. Ação Social, Cultural e Tempos Livres	
2.2.1. Centro de Férias e Formação	
2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo	
2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer	
2.2.4. Colónias de Férias	
2.2.5. Atividades socioculturais	
2.2.6. Atividades desportivas	
2.3. Apoio Jurídico	
2.4. Formação	
2.5. Lutuosa	
3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS	34
3.1. Gestão	
3.2. Recursos Humanos	
3.2.1. Por Tipo de Pessoal	
3.2.2. Por Empresa	
3.2.3. Outros Indicadores	
3.3. Instalações	
4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	39
4.1. Enquadramento	
4.2. Análise Económica	
4.2.1. Análise Global	
4.2.2. Análise por Empresas	
4.3. Análise Financeira	
II PARTE – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	51
Balanço	
Demonstração dos Resultados por Naturezas	
Demonstrações de Fluxo de Caixa	
Demonstrações de Alterações no Capital Próprio	
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	56
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS	77

INTRODUÇÃO

A tímida retoma económica (mais anunciada que verdadeiramente sentida) ficou muito aquém do necessário para inverter o caminho descende trilhado por Portugal nos últimos anos.

O consumo interno continuou num nível medíocre, incapaz de assegurar uma economia sã, geradora de riqueza e emprego. Sem possibilidades de manter ou recuperar o dinamismo indispensável, muitos setores de atividade perderam mercado, empresas retraíram-se ou encerraram, reduziram-se postos de trabalho.

Como vasos comunicantes que são, empresas e bancos asfixiaram-se mutuamente: com a economia em câmara lenta, declinou o investimento, escassearam os fluxos de capital, diminuíram os empréstimos que poderiam insuflar vida.

À situação interna não foram alheias as políticas retracionistas da Europa implementadas em diversos Estados-membros – e nomeadamente em Portugal –, cujos reflexos se fizeram sentir de forma avassaladora na banca nacional.

Face a este contexto, várias instituições seguiram o guião da reestruturação, por decisão própria ou imposição. Com maior ou menor amplitude, o denominador comum foi sempre a redução de custos através do corte de efetivos, que assumiu a forma de reformas antecipadas, rescisões por mútuo acordo ou despedimentos coletivos.

Esta política de gestão contribuiu para o aumento da incerteza e instabilidade no setor. Hoje qualquer bancário (independentemente da idade, carreira ou função) questiona-se: “Quando chegará a minha vez?” Uma interrogação para a qual não há resposta.

O SBSI interveio em todas as instituições onde os processos de reestruturação implicaram redução de efetivos, defendendo a utilização de mecanismos que, neste contexto, melhor salvaguardem os direitos dos bancários forçados a abandonar o setor.

O Sindicato manteve uma forte intervenção também em outras áreas, através das ações desenvolvidas pelos Pelouros da Sindicalização, da Formação ou do GRAM, não descurando as iniciativas promovidas pelo Pelouro dos Tempos Livres, cuja importância para o bem-estar e lazer dos sócios é, igualmente, um contributo para a sua fidelização.

Porque outro efeito perverso do corte de efetivos é a conseqüente diminuição de associados. Em simultâneo, a maioria dos jovens continua indiferente aos valores da justiça e solidariedade, e assim afastada do âmbito do Sindicato. O SBSI vê-se assim comprimido entre a perda de sócios e o não ingresso de novos – o que, mesmo sendo o maior sindicato nacional, mina o seu poder e enfraquece a ação na defesa dos trabalhadores.

É preciso inverter a tendência. E isso exige o envolvimento e empenho de todos na sensibilização e dinamização das potencialidades do Sindicato, cativando os mais jovens, fidelizando os atuais associados.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

- 1.1. Movimento de sócios
- 1.2. Por género, situação e escalão etário
- 1.3. Por Secção Sindical

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.1. Movimento de Sócios

No final de 2015, o SBSI contava com 40.638 sócios.

MOVIMENTO DE SÓCIOS	2015	2014	2013	Variação (%)	
	Nº	Nº	Total	15/14	14/13
Situação no início do ano	41.665	42.805	44.098	-2,7	-2,9
Admissões e readmissões	524	360	336	45,6	7,1
Cancelamento de inscrições	1.551	1.500	1.629	3,4	-7,9
<i>Transferências p/ fora da área</i>	0	0	7	-	-100,0
<i>Falta de pagamento de quotas</i>	129	40	77	>100	-48,1
<i>Abandono do sector</i>	462	442	391	4,5	13,0
<i>Pedidos de demissão</i>	278	544	699	-48,9	-22,2
<i>Falecimentos</i>	463	473	436	-2,1	8,5
<i>Licença sem vencimento</i>	1	1	14	0,0	-92,9
<i>Motivo desconhecido</i>	0	0	5	-	-100,0
<i>Saídas com efeito em anos ant.</i>	218	0	0	-	-
Situação no final do ano	40.638	41.665	42.805	-2,5	-2,7

Os falecimentos e o abandono do setor foram as principais causas para o cancelamento de inscrições, com 60% do total, correspondente a 925 dos casos ocorridos durante o ano, seguido dos pedidos de demissão que reduziram quase metade dos casos em relação ao ano de 2014.

1.2. Por género, situação e escalão etário

SEXO / GRUPO ETÁRIO	2015		2014	2013	Variação (%)	
	Total	(%)	Total	Total	15/14	14/13
GÉNERO	40.638	100,0	41.665	42.805	-2,5	-2,7
<i>Homens</i>	25.634	63,1	26.412	27.211	-2,9	-2,9
<i>Mulheres</i>	15.004	36,9	15.253	15.594	-1,6	-2,2
SITUAÇÃO	40.638	100,0	41.665	42.805	-2,5	-2,7
<i>Activos</i>	17.371	42,7	18.347	19.635	-5,3	-6,6
<i>Reformados</i>	23.267	57,3	23.318	23.170	-0,2	0,6
GRUPO ETÁRIO	40.638	100,0	41.665	42.805	-2,5	-2,7
<i>< 30 anos</i>	419	1,0	534	757	-21,5	-29,5
<i>31 - 40 anos</i>	4.221	10,4	4.815	5.514	-12,3	-12,7
<i>41 - 50 anos</i>	6.713	16,5	6.954	7.127	-3,5	-2,4
<i>51 - 60 anos</i>	6.955	17,1	7.320	7.665	-5,0	-4,5
<i>> 60 anos</i>	22.330	54,9	22.042	21.742	1,3	1,4

A representatividade das mulheres, na estrutura de sócios do SBSI, manteve-se em 2015, constituindo estas 37% do total.

Os reformados mantêm o seu peso, em relação aos dois anos anteriores, atingindo, no final de 2015, 57% do total. Os escalões que representavam os associados com mais de 60 anos detinham 55% do total, contra 53% no ano anterior, um aumento de 288 sócios nesse grupo etário.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.2. Por género, situação e escalão etário

Todos os escalões etários, com excepção do que representa os sócios com mais de 60 anos, sofreram uma redução, em termos absolutos, assinalando-se a maior quebra no escalão de 31 a 40 anos. O grupo dos sócios com menos de 30 anos representava, apenas, cerca de 1% do total. O último escalão - que voltou a crescer, em 2015 - continua a ser o mais numeroso e o seu peso corresponde já a 54,9% do total.

1.3. Por Secção Sindical

Estavam registados, no final do ano, na área das Secções Sindicais de Empresa, 25.258 sócios, dos quais 54% eram reformados.

SECÇÕES DE EMPRESA E REFORMADOS	2015		2014 Total	2013 Total	Variação (%)	
	Total	(%)			15/14	14/13
SÓCIOS	25.258	100,0	25.981	26.738	-2,8	-2,8
<i>Activos</i>	11.659	46,2	12.296	13.073	-5,2	-5,9
<i>Reformados</i>	13.599	53,8	13.685	13.665	-0,6	0,1
SECÇÕES DE EMPRESA	11.659	46,2	12.296	13.073	-5,2	-5,9
<i>BBVA</i>	221	0,9	273	271	-19,0	0,7
<i>Santander Totta</i>	1.343	5,3	1.365	1.406	-1,6	-2,9
<i>Millennium/BCP</i>	2.215	8,8	2.412	2.605	-8,2	-7,4
<i>Novo Banco</i>	1.229	4,9	1.364	1.637	-9,9	-16,7
<i>BPI</i>	1.466	5,8	1.510	1.615	-2,9	-6,5
<i>BANIF</i>	335	1,3	402	476	-16,7	-15,5
<i>Banco de Portugal</i>	727	2,9	762	796	-4,6	-4,3
<i>Barclays Bank</i>	262	1,0	315	320	-16,8	-1,6
<i>CCAM</i>	277	1,1	287	298	-3,5	-3,7
<i>IFAP</i>	180	0,7	188	195	-4,3	-3,6
<i>Montepio Geral</i>	1.020	4,0	1.042	1.050	-2,1	-0,8
<i>Unicre</i>	142	0,6	142	165	0,0	-13,9
<i>Interempresas</i>	811	3,2	784	555	3,4	41,3
<i>SIBS</i>	183	0,7	194	199	-5,7	-2,5
<i>Banco Popular</i>	328	1,3	312	314	5,1	-0,6
<i>Grupo CGD</i>	711	2,8	741	832	-4,0	-10,9
<i>BIC</i>	209	0,8	203	339	3,0	-40,1
SECÇÃO DE REFORMADOS	13.599	53,8	13.685	13.665	-0,6	0,1

As Secções Sindicais de Empresa perderam 723 sócios, em 2015. À excepção do Banco Popular, do BIC, do Interempresas e Unicre, todas as empresas apresentaram variações negativas em relação a 2014, onde se destacam o Millennium/BCP e o Novo Banco com uma diminuição de 197 e 135 sócios respetivamente.

A Secção Sindical de Reformados que incorpora todos os sócios aposentados da área de Lisboa, que transitaram das Secções de Empresa, registou um diminuição de 86 reformados, variação contrária a que foi registada em 2014.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.3. Por Secção Sindical

As Secções Sindicais Regionais registaram uma diminuição do número de sócios, relativamente ao ano anterior (- 304 sócios). No final do ano, estavam aqui recenseados 15.380 sócios, dos quais 63% eram reformados.

SECÇÕES REGIONAIS	2015		2014	2013	Variação (%)	
	Total	(%)	Total	Total	15/14	14/13
SÓCIOS	15.380	100,0	15.684	16.067	-1,9	-2,4
<i>Activos</i>	5.712	37,1	6.051	6.571	-5,6	-7,9
<i>Reformados</i>	9.668	62,9	9.633	9.496	0,4	1,4
SECÇÕES REGIONAIS	15.380	100,0	15.684	16.067	-1,9	-2,4
<i>Angra Heroísmo</i>	366	2,4	360	367	1,7	-1,9
<i>Beja</i>	554	3,6	565	625	-1,9	-9,6
<i>Castelo Branco</i>	509	3,3	504	520	1,0	-3,1
<i>Covilhã</i>	380	2,5	391	404	-2,8	-3,2
<i>Évora</i>	922	6,0	937	976	-1,6	-4,0
<i>Faro</i>	1.165	7,6	1.216	1.250	-4,2	-2,7
<i>Funchal</i>	617	4,0	654	692	-5,7	-5,5
<i>Horta</i>	213	1,4	213	212	0,0	0,5
<i>Ponta Delgada</i>	850	5,5	865	876	-1,7	-1,3
<i>Portalegre</i>	593	3,9	604	621	-1,8	-2,7
<i>Portimão</i>	798	5,2	828	876	-3,6	-5,5
<i>Santarém</i>	1.170	7,6	1.210	1.225	-3,3	-1,2
<i>Setúbal</i>	4.969	32,3	5.010	5.057	-0,8	-0,9
<i>Tomar</i>	1.022	6,6	1.030	1.060	-0,8	-2,8
<i>Torres Vedras</i>	1.252	8,1	1.297	1.306	-3,5	-0,7

O número de sócios entre os ativos diminuiu em 339 indivíduos, relativamente a 2014, embora o número de reformados tenha aumentado em mais 35 elementos.

À exceção de Angra do Heroísmo, Castelo Branco e Horta, todas as Secções Regionais reduziram o número de sócios, em comparação com o ano anterior, onde se destacam Faro (-51 sócios), Torres Vedras (-45 sócios), Setúbal (-41 sócios) e Santarém (-40 sócios).

Na distribuição por género, nota-se predominância dos homens, no conjunto das Secções Regionais, representando 67,9% do total. Nos reformados, o peso dos homens é ainda destacado (75,3%).

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. ATIVIDADES

- 2.1. Ação Sindical
 - 2.1.1. Vida Institucional
 - 2.1.2. Contratação Coletiva
 - 2.1.3. Sindicalização
 - 2.1.4. Informação
 - 2.1.5. Globalização e Cooperação
- 2.2. Ação Social, Cultural e Tempos Livres
 - 2.2.1. Centro de Férias e Formação
 - 2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo
 - 2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer
 - 2.2.4. Colónias de Férias
 - 2.2.5. Atividades Sócio-Culturais
 - 2.2.6. Atividades Desportivas
- 2.3. Apoio Jurídico
- 2.4. Formação
- 2.5. Lutuosa

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.1. Vida Institucional

■ ELEIÇÕES SBSI

Este foi um ano de particular importância para a vida do SBSI e dos trabalhadores que representa.

Além das lutas que a complexa situação exigiu, 2015 ficou marcado como um ano de afirmação democrática e de participação cívica na vida do Sindicato, na linha de uma tradição de décadas que deve ser renovada dia a dia.

Nas eleições de 22 e 23 de abril, e à semelhança das anteriores, os associados puderam exercer o seu direito de voto presencialmente, por correspondência ou eletronicamente. A maioria optou pela via eletrónica (7.866 votos), seguindo-se, por ordem de preferência, a presença nas mesas centrais e/ou descentralizadas (3.764) e o envio por correio (1.463).

Face às três listas concorrentes, os bancários deram uma clara vitória à lista A, escolhida por 58% dos eleitores. Com 7.597 votos para a Direção e 7.566 para a Mecodec, a lista vencedora obteve mais votos que o somatório das outras duas. Os resultados foram impugnados pelo delegado da C.

O ato eleitoral distinguiu-se dos antecedentes pelo aumento da participação, não só estancando mas também invertendo a tendência de descida que se vinha verificando.

■ XVIII CONGRESSO SBSI

Como ditam os Estatutos, em 2015 realizou-se o XVIII Congresso, que decorreu em Lisboa nos dias 9 e 10 de outubro. A reunião magna ficou ainda marcada pela celebração dos 40 anos do SAMS.

Sob o lema “Transformar, Crescer, Vencer”, os delegados debateram e aprovaram, por larga maioria, o Programa de Ação apresentado pela Direção.

A negociação coletiva e a constituição de um sindicato do setor financeiro de âmbito nacional foram os temas que dominaram as intervenções.

■ OUTROS EVENTOS

No ano institucional assinala-se ainda a realização de quatro sessões do Conselho Geral, duas das quais extraordinárias (11 de maio e 11 de agosto).

Em deliberação estiveram assuntos como o Relatório e Contas de 2014, o recurso de impugnação do ato eleitoral de abril, o arrendamento do Palacete Leitão e o Orçamento para 2016. Na última sessão do ano foi dada particular atenção à situação do Banif e aprovada por unanimidade e aclamação uma moção de solidariedade com os seus trabalhadores.

Efetuarão-se também reuniões com os trabalhadores do BBVA e do Banco Popular, para debater, respetivamente, a ameaça de despedimento coletivo e a transferência de uma unidade de gestão para uma empresa autónoma.

O SBSI é um património de todos os bancários. A participação na vida e atividades do Sindicato é fundamental para manter viva e interventiva esta Instituição.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

O ano de 2015 foi de intensa atividade negocial. A evolução que se verificou foi significativa, graças à forte pressão exercida pelos Sindicatos, através do Grupo Negociador da Febase, apesar das sucessivas vicissitudes que marcaram as negociações, com avanços e interrupções constantes.

Recorde-se que este processo é inédito na história das relações laborais do setor após a reprivatização da banca, ocorrida no último quartel do século XX. Pela primeira vez, as instituições de crédito subscritoras da convenção coletiva denunciaram o ACT, contrapondo ao atual uma versão o mais minimalista possível e pretendendo desta forma colocar nas mãos de cada banco e ao seu livre arbítrio a gestão dos recursos humanos, de acordo com os seus interesses economicistas.

Esta proposta inadmissível para os trabalhadores – que surgiu despropositadamente em resposta à revisão da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária apresentada pelos Sindicatos em 2010 – tem sido fortemente combatida pelos Sindicatos. Refira-se alguns dos avanços verificados.

Relativamente ao clausulado em que há já um entendimento de princípio entre as partes, encontram-se, nomeadamente, matérias como:

- Pensões de Reforma e Sobrevivência atualizadas em percentagem igual ao aumento que for negociado para os trabalhadores no ativo;
- Manutenção das regras sobre a aquisição do direito à reforma, calculada em função dos anos de serviço (nomeadamente o seu pagamento em 14 meses);
- Garantia de manutenção, para os bancários admitidos a partir 2008 e a quem se aplica o regime de contribuição definida, do direito a um plano complementar de pensões, regime fixado em contribuições de 1,5% a cargo dos bancos e 1,5% da responsabilidade dos trabalhadores. Tal como agora, a verba será creditada num fundo de pensões (ou fundos) indicado pelo trabalhador;
- Subsídios sociais, Infantil, Estudo, Trabalhador-estudante e Subsídio de Falhas com os valores atuais, atualizados simultaneamente ao vencimento dos ativos (queriam deixar os seus valores ao livre arbítrio das IC);
- Manutenção do subsídio de almoço pelos valores atuais, atualizável anualmente;
- Direito a 25 dias úteis de férias, contados de 2.^a a 6.^a feira;
- Descanso semanal ao domingo, e complementar ao sábado;
- Feriados nos termos em vigor;
- Aumento da percentagem obrigatória de Promoções por Mérito;
- Manutenção do direito a uma diuturnidade de 5 em 5 anos até ao máximo de 7 (as IC pretendiam acabar com elas);

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

- Obrigatoriedade de registo de trabalho extraordinário e o seu pagamento pelos valores atuais, ao contrário da pretensão de reduzi-lo aos valores do Código do Trabalho;
- Garantia da taxa do crédito à habitação igual a 65% da taxa de refinanciamento do BCE;
- Retroatividade a janeiro das atualizações de todas as cláusulas de expressão pecuniária.
- Salvaguardada a pensão dos trabalhadores que se reformem fora do setor, por entretanto terem cessado o contrato com a instituição;

No que às contribuições para o SAMS diz respeito, nomeadamente às implicações da passagem do atual sistema de contribuição das IC baseado em 6,5% sobre o salário de cada bancário para o sistema per capita, ou seja, o encargo dos bancos será um valor igual por cada trabalhador, independentemente do seu nível contratual ou do sindicato/SAMS em que esteja filiado, as IC apresentaram uma proposta ainda em discussão.

Para os Sindicatos é impensável chegar a um entendimento sobre uma nova convenção coletiva sem que simultaneamente se proceda à atualização da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária, de forma a que ambas possam entrar em vigor na mesma data. Assim, e depois de várias insistências dos Sindicatos, as partes vão continuar a trabalhar para a concretização desta reivindicação.

Ao fim de três anos e meio, durante os quais os negociadores da Febase esgrimiram razões e fundamentos em defesa dos bancários, o processo da revisão do ACT entrou numa fase final e decisiva. Se é verdade que grande parte do clausulado foi desbloqueado, ainda persistem divergências em algumas matérias, consideradas pela Febase como fundamentais para os trabalhadores, tais como:

- Modelo de contribuições para o SAMS por parte da entidade patronal;
- Promoções por antiguidade;
- Deslocações e ajudas de custo;
- Criação de um prémio final de carreira;
- Progressões salariais;
- Exercício da atividade sindical.

Face à proposta inicial das IC, que tinha o objetivo claro de reduzir custos com pessoal e desregulamentar as relações laborais no setor, os entendimentos já alcançados são fruto de uma grande batalha à mesa de negociações.

O novo ACT, ainda em discussão, irá manter muitos dos direitos em vigor, apesar da pretensão das instituições de crédito de eliminá-los.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REESTRUTURAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO

Novo Banco

As particularidades da intervenção no Novo Banco, através do Fundo de Resolução, concedem a este um estatuto próprio sujeito a regras próprias, nem sempre condizentes aos direitos dos trabalhadores.

Face a esta situação, os trabalhadores do Novo Banco denunciaram aos Sindicatos que, ao desempenharem as suas funções laborais aos balcões da instituição, estavam a ser vítimas de comportamentos agressivos por parte de clientes do papel comercial do ex-BES.

As ameaças físicas e psicológicas aos bancários provocaram situações pessoais dramáticas, com trabalhadores a terem de ser transferidos de balcão, muitas vezes para outros a enorme distância das suas residências.

Face à gravidade da situação, os Sindicatos atuaram, embora não se pronunciando sobre a relação dos clientes com o banco. O secretário-geral da Febase enviou uma carta ao administrador do Novo Banco requerendo que fossem tomadas medidas para defesa da integridade física e psicológica dos trabalhadores da instituição, nomeadamente uma intervenção firme de apoio e um esclarecimento público do Banco sobre a não responsabilidade dos trabalhadores em todo o processo que, agora, motiva as ameaças.

Em resposta, o presidente do Conselho de administração garantiu à Febase que todos os casos estavam a ser acompanhados numa perspetiva de segurança e/ou jurídica, através de mecanismos para restabelecer as condições de trabalho dos colaboradores.

Em junho de 2015, realizou-se uma reunião com a administração do Novo Banco para analisar a situação e manifestar a preocupação dos Sindicatos pelo que estava a acontecer aos trabalhadores.

Mais tarde, e face ao adiamento da venda do Novo Banco, alvitando e receando que em consequência o banco decidisse reduzir efetivos e encerrar balcões, a Febase solicitou nova reunião à administração da instituição, com o objetivo era obter esclarecimentos e recolher informações relativamente aos seus planos sobre o futuro dos trabalhadores.

Nessa reunião, foi dado conhecimento de que à semelhança do que aconteceu com todos os bancos que utilizaram capitais do Estado – e como já sucedeu noutros casos em Portugal –, o Novo Banco também está sujeito às regras europeias aplicáveis em todos os países da União Monetária, nomeadamente no que respeita à adequação da dimensão do banco à realidade do mercado bancário nacional.

Os Sindicatos continuam a aguardar o futuro do banco, mas principalmente dos seus trabalhadores, e atentos a que independentemente da solução definida pelo Governo, esteja sempre presente a defesa dos postos de trabalho, colocados em causa por uma administração irresponsável e merecedora de crítica pela forma como se comportou.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REESTRUTURAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO

Banif

O Banif manteve durante todo o ano de 2015 um processo de rescisões por mútuo acordo, com o objetivo de completar o programa de 2014, que reduziu 463 postos de trabalho.

A redução de efetivos foi acompanhada pelo encerramento de balcões, mais uma vez fundamentados nas necessidades de mercado, nas exigências da UE e na necessidade de reduzir custos.

Mas em dezembro viveu-se um dos momentos mais conturbados da história do banco, com notícias diárias sobre a sua situação e as eventuais consequências para os trabalhadores. Naturalmente, este foi um tema que dominou a sessão do Conselho Geral do SBSI de 15 desse mês.

Os conselheiros expressaram a sua solidariedade e apoio aos trabalhadores do Banif e recomendaram ao Secretariado da Febase o empenhamento na resolução do problema, tendo em conta, nomeadamente, a defesa e manutenção dos postos de trabalho.

No sentido de poder informar e melhor defender os trabalhadores, foi solicitada à administração do Banif uma reunião com carácter de urgência.

Já perto do final do ano chegou a inesperada notícia de venda de parte do Banif ao Santander Totta, com a transferência dos trabalhadores da área Comercial, bem como dos da Madeira e Açores, para este e a colocação dos restantes cerca de 500 trabalhadores numa empresa veículo designada de “Oitante”, de futuro incerto.

O SBSI integrou uma delegação da Febase que foi recebida no dia 28 de dezembro no Ministério do Trabalho pelos ministros das Finanças e do Trabalho e Segurança Social para analisar o processo Banif. No encontro estiveram também presentes os secretários de Estado do Emprego e das Finanças.

Na reunião, os governantes foram sensibilizados para a semelhança deste caso com outros anteriores, de que resultaram perdas elevadas para os trabalhadores.

De ambas as partes, as preocupações quanto ao emprego foram o tema dominante, ficando clara a procura de soluções equilibradas e potenciadoras da defesa dos postos de trabalho.

Banco Popular

O Banco Popular decidiu transferir a unidade de gestão de ativos imobiliários e gestão de dívida para uma empresa terceira enquanto unidade económica autónoma, a Recbus. Como prevê a lei, a aplicação do ACT duraria apenas um ano após a transmissão. Após esse período, os trabalhadores deixariam de estar sob a alçada da convenção coletiva, perdendo os respetivos direitos, nomeadamente o SAMS.

O SBSI interveio no sentido de defender a manutenção dos postos de trabalho e a salvaguarda do ACT para os trabalhadores abrangidos, que são bancários – e o Sindicato entende que deverão continuar a sê-lo no futuro.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REESTRUTURAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO

Num encontro com os seus associados, o SBSI expôs a totalidade desta problemática e procurou assegurar que todas as questões consideradas fundamentais ficassem salvaguardadas.

Foi assim que nas reuniões realizadas com o Banco Popular, o SBSI assegurou a manutenção do ACT após o primeiro ano obrigatório por lei, pelo que todos os direitos consagrados na convenção serão integralmente mantidos, nomeadamente o SAMS e as condições de reforma.

Refira-se que todo este processo foi acompanhado pela Direção e pelo Secretariado Sindical, mantendo-se os trabalhadores envolvidos sempre informados.

Nas negociações, o Sindicato insistiu ainda na possibilidade de os trabalhadores poderem voltar ao banco, pretensão aceite pela administração. Assim, foi fixado um prazo de dez anos para os trabalhadores regressarem ao Popular, numa base de 15% a partir do terceiro ano após a transmissão da unidade.

Barclays

Logo que a Direção do SBSI tomou conhecimento da intenção de venda da operação do Barclays em Portugal a outra entidade, a Fabase solicitou uma reunião à administração do banco.

No encontro, que decorreu em agosto, a administração confirmou que estavam a decorrer negociações para a venda da operação, o que atestou o projeto iniciado há um ano.

Após esta reunião, os Sindicatos mantiveram-se em permanente contacto com os responsáveis da instituição em Portugal, acompanhando as notícias sobre a evolução das conversações para a venda do banco.

Assim, no dia 3 de setembro o SBSI reuniu-se com o Barclays Portugal, tendo a administração anunciado a concretização da venda do negócio em Portugal ao Bankinter, o décimo maior banco de Espanha.

Sendo a principal preocupação do Sindicato a manutenção e salvaguarda dos postos de trabalho, bem como a observância dos direitos dos trabalhadores decorrentes da convenção coletiva, questionou a administração sobre estas questões. Foi-lhe assegurado que o Bankinter garantia a manutenção do emprego dos trabalhadores. Dos cerca de 1.200 efetivos, entre 150 a 200 continuarão no Barclays, área de Cartões, e os restantes serão integrados nos serviços do banco espanhol.

Do mesmo modo, o Barclays continuará subscritor do ACT do setor bancário, tendo sido assegurado que a nova instituição reger-se-á pelas normas em vigor, ou seja, pela convenção coletiva.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REESTRUTURAÇÕES NO SETOR BANCÁRIO

BNP Paribas

Em junho de 2015, a Direção apresentou uma proposta de AE inédita, destinada aos trabalhadores de uma unidade específica de suporte à atividade internacional do Grupo Económico BNP Paribas, que não trabalhará para o mercado nacional.

A proposta, que representa uma janela de oportunidade para a celebração de convenções coletivas com empresas parabancárias, foi aprovada por esmagadora maioria, sem votos contra e apenas duas abstenções, o que reflete a importância da mesma.

Este AE inclui as normas essenciais das convenções do setor bancário e permite aos trabalhadores abrangidos um nível de proteção que de contrário não teriam, sujeitos apenas às normas do Código do Trabalho.

Entre os direitos contemplados estão o acesso ao SAMS, 25 dias de férias, subsídios de refeição, infantil e de estudo, bem como o plano complementar de pensões.

Quanto às diferenças face às normas contratuais do setor bancário contam-se o horário de trabalho, que é de 8 horas diárias/40 semanais, uma condição intransponível para a unidade ficar em Portugal, comum a todos os países candidatos.

Do mesmo modo, não estão incluídos os feriados facultativos (como o Carnaval e a véspera de Natal), mas em contrapartida os trabalhadores têm direito a um dia e meio.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

CGD

A Febase reuniu-se com a administração da CGD em meados de março de 2015, tendo sido informada de que a instituição iria avançar com um processo de reformas antecipadas, ao qual podiam candidatar-se todos os trabalhadores que completem 55 anos até 31 de dezembro de 2016.

Segundo a informação prestada, para os trabalhadores que se candidatassem durante os três primeiros meses de funcionamento do plano a pensão de reforma seria equivalente a 80% da sua remuneração mensal efetiva (RME), podendo ainda optar pelo regime em vigor.

Os que se candidatassem entre os três e os seis meses de implementação do programa, a pensão seria equivalente, respetivamente, a 75% e 70% da RME.

Parvalorem

Tal como nos anos anteriores, em 2015 a situação laboral na Parvalorem manteve-se bastante indefinida, apesar dos esforços dos Sindicatos para, de uma vez por todas, se obterem respostas sobre o futuro da empresa e, conseqüentemente, dos seus trabalhadores.

Criticando permanentemente as sucessivas opções políticas que levaram a situação a culminar num despedimento coletivo, os Sindicatos exigiram a tomada de medidas que salvaguardem o futuro dos trabalhadores da empresa do setor empresarial do Estado.

Nesse sentido, defenderam que os serviços entregues em outsourcing, por concurso público, a uma empresa externa, voltassem à Parvalorem, o que manteria os postos de trabalho. Em caso contrário, reclamou que os trabalhadores da Parvalorem fossem integrados no denominado Banco de Fomento, que então o Estado estava a fundar.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.3. Sindicalização

O Pelouro da Sindicalização efetuou, durante o ano de 2015, um conjunto de reuniões com os Secretariados Regionais e de Empresa, tendo por objetivo transmitir a todos os membros da estrutura uma visão geral não só do número de associados do SBSI, mas sobretudo da Secção visitada.

Nas sessões realizadas foram abordadas as dificuldades que o setor atravessa, provocando danos graves na manutenção dos atuais sócios e na angariação de novos associados. O Pelouro tomou boa nota dos obstáculos sentidos por cada Secretariado.

Pese embora a conjuntura desfavorável e a concorrência de outras organizações, o SBSI continua a ser um Sindicato que prima por facultar aos seus sócios um conjunto de valências – da proteção jurídica à assistência na saúde a sócios e familiares – que vão muito além da mera comparticipação em atos clínicos e medicamentos.

Ciente das dificuldades sentidas no terreno, o Pelouro desenvolveu um conjunto de iniciativas com o objetivo principal de contrariar a erosão na sindicalização, servindo também de apoio à ação dos elementos da estrutura nos locais de trabalho. Entre elas destacam-se:

- Elaboração de duas brochuras para apoio à promoção do SBSI, com informação detalhada sobre a área sindical e o SAMS;
- Folheto sobre as vantagens oferecidas pelo SBSI aos seus associados nas vertentes sindical e SAMS/FSA;
- Folheto promocional de inscrição de familiares não diretos como utentes do SAMS;
- Campanha de admissão e readmissão no Fundo Sindical de Assistência (FSA), efetuada entre outubro e dezembro de 2015, de que resultou a inscrição de 80 novos membros;
- Compilação de informação sobre o recurso ao outsourcing e/ou estágios, para efetuar um estudo sobre o tema em 2016. Foi solicitado o apoio dos Secretariados na recolha de dados relativos aos departamentos e agências do setor em que essa prática existe;
- Realização mensal de sessões de esclarecimento aos novos trabalhadores do BNP Paribas – Sucursal Portugal, que até à data redundou na inscrição de 65 novos sócios.

O Pelouro da Sindicalização agradece a todos os membros da estrutura o esforço desenvolvido para contrariar a demissão de sócios, a manutenção dos atuais e a angariação de novos.

2.1.4. Informação

O setor bancário atravessa um dos momentos mais difíceis de que há memória. O redimensionamento das instituições – por força da crise económica e de compromissos externos devido aos planos de recapitalização – redundou num gravíssimo problema de emprego.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.4. Informação

O ininterrupto encerramento de balcões e o conseqüente recurso a rescisões e reformas antecipadas, bem como os ritmos de trabalho e o cumprimento das convenções coletivas, tem afetado sobremaneira as relações laborais no setor e exigido ao SBSI uma profunda reflexão de forma a equacionar como, face este novo paradigma, melhor pode defender os seus associados e de manter com eles um contacto permanente.

Porque numa miríade de meios e formas de comunicação, manter os sócios informados e alerta – transmitindo a mensagem sindical e respondendo à imagem deturpada transmitida à opinião pública – é uma preocupação real e constante.

Consciente desse desígnio e das alterações profundas no acesso à informação, o SBSI prossegue o objetivo nunca acabado de prestar aos associados uma informação cada vez melhor e de acesso mais fácil e eficaz, multiplicando os meios para chegar aos sócios.

A informação do Sindicato aos seus associados processa-se através das revistas “O Bancário” e “Febase”, do sítio na Internet, da *Newsletter*, e do envio de *mailing list* através do Ligue-se @ nós.

■ REVISTAS “O BANCÁRIO” E FEBASE

As revistas “O Bancário” e “Febase” têm periodicidade mensal, intercalando as edições quinzenalmente desde março de 2010. Ambas são distribuídas gratuitamente aos sócios por correio ou via email, estando ainda disponíveis online no portal do SBSI.

Com objetivos diferentes, as revistas são complementares. “O Bancário” é distribuído apenas aos sócios do SBSI e por isso dedicado essencialmente às atividades desenvolvidas pelo Sindicato, nomeadamente no que se refere ao SAMS, tempos livres ou formação.

Igualmente merecem destaque as iniciativas das Comissões – GRAM, Juventude e Quadros e Técnicos – difundidas em páginas próprias.

Já a “Febase”, revista dirigida a todos os associados dos Sindicatos que integram a Federação do Setor Financeiro, privilegia os temas comuns ao setor, especialmente os de âmbito sindical, como a contratação coletiva.

Em 2015 os conteúdos da revista refletiram as principais preocupações dos bancários, relatando os conflitos no setor e dando conta do trabalho sindical desenvolvido.

Entre os assuntos de maior relevância destaque-se a reestruturação de algumas instituições de crédito através de rescisões por mútuo acordo, reformas antecipadas e, nos casos mais dramáticos, despedimentos coletivos. O desemprego de trabalhadores bancários atingiu uma dimensão jamais vista, a que não será alheia a reorganização da banca, cujo principal objetivo foi a redução de custos.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.4. Informação

■ REVISTAS “O BANCÁRIO” E FEBASE

O acompanhamento permanente do processo negocial de revisão global do ACT e a denúncia da intransigência das entidades patronais, responsável pelo impasse a que se chegou neste domínio, marcou também o ano informativo.

Ao longo do último ano manteve-se a preocupação e o empenhamento no enriquecimento das revistas ao nível dos conteúdos, procurando diversificar os temas e os ângulos de abordagem sem perder a perspetiva crítica que se impõe numa revista de carácter sindical. Esse esforço foi particularmente visível nos dossiês temáticos. Refira-se, como meros exemplos, a entrevista com o bastonário da Ordem dos Psicólogos sobre o stresse a que estão sujeitos os bancários ou a problemática dos Fundos de Pensões.

■ PORTAIS DO SBSI / SAMS

A comunicação, quer a nível técnico quer de conteúdos, está em evolução permanente e o empenho do SBSI para acompanhar esta realidade é absoluto. É o caso da plataforma digital, inaugurada em 2013 e em permanente atualização.

Dividido em três grandes áreas – Atividade Sindical, SAMS e Ligue-se @ nós – o sítio coloca aos dispor dos sócios um conjunto de funcionalidades que visam um contacto mais cómodo e fácil com os serviços do SBSI, dos eventos em cada Secção Sindical à marcação de consultas ou ao consultório jurídico.

Na plataforma os associados encontram disponível toda a informação da atividade sindical do SBSI, da negociação coletiva às reuniões com trabalhadores, à formação e às iniciativas das Comissões e dos Tempos Livres.

Além de textos com a atualidade, qualidade e rigor informativo que sempre foram a marca noticiosa distintiva do SBSI, o sítio disponibiliza também dados sobre as convenções coletivas em vigor, o Parque de Campismo, o Centro de Férias e outros.

Em 2015, os Portais do SBSI / SAMS tiveram 2.021.119 visualizações, com os seguintes acessos:

- 565.757: Número de sessões no portal;
- 78.319: Página principal da Atividade Sindical;
- 125.030: Página principal “Ligue-se@Nós”.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

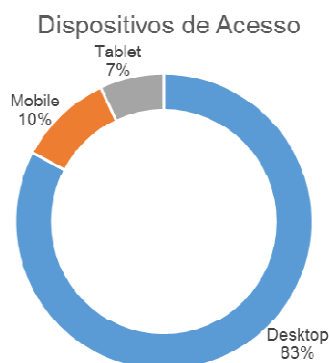
2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.4. Informação

■ PORTAIS DO SBSI / SAMS

Com o objetivo de privilegiar o contacto direto com os seus associados, o Sindicato continua a dinamizar a campanha “Ligue-se@nós”, que tem registado um crescimento assinalável, atingindo, no final de 2015, o registo de 24.073 sócios contactáveis por e-mail.

Através de e-mail, o SBSI envia aos sócios que fizeram a adesão, os comunicados sobre o que se passa no seu banco, alerta para novas notícias inseridas no sítio do Sindicato e divulga uma série de informação de interesse, nomeadamente nas áreas da Contratação Coletiva, Formação, GRAM ou Tempos Livres.



■ NEWSLETTER

A Newsletter, que o SBSI lançou no final de 2014, é já uma aposta ganha. Com periodicidade quinzenal, a Newsletter leva aos associados registados na mailing list as últimas notícias difundidas através do sítio e que, por algum motivo, poderão não ter chegado ao conhecimento dos sócios.

Esta forma de comunicação privilegia a comodidade, facilita a leitura e fortalece o elo de ligação entre o Sindicato e os sócios.

Concebida e planeada em 2015 embora só em janeiro deste ano tenha sido concretizada, a mensagem de parabéns é uma nova iniciativa do Sindicato.

Trata-se de uma singela homenagem a cada sócio, agradecendo-lhe a participação nesta grande família que é o SBSI. E para fazê-lo nada melhor que juntar-se a cada um para desejar-lhe um feliz dia de aniversário.

A mensagem de parabéns é enviada por e-mail, sms ou correio e tem sido recebida com satisfação pelos associados, como se verifica pela quantidade de respostas positivas chegadas ao Sindicato.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.5. Globalização e Cooperação

■ NO ÂMBITO DA UGT – UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

O SBSI participou, em 2015, em todas as reuniões estatutárias, através dos seus representantes, bem como nas iniciativas da UGT, de que destacamos, nomeadamente:

- Reuniões do Secretariado Nacional e do Conselho Geral;
- Reuniões e atividades da Comissão de Juventude da UGT;
- Reuniões e atividades da Comissão de Mulheres da UGT;
- Congressos das Uniões da UGT da sua área;
- Assembleia Geral e Conselho Geral da escola Agostinho Roseta.

■ NO ÂMBITO DA UNI – UNION NETWORK INTERNATIONAL

Em 2015, o Sindicato participou nas diversas reuniões realizadas no âmbito da UNI nomeadamente:

- Reuniões sobre o Diálogo Social do Setor Bancário e DG Market, patrocinadas pela UE;
- Conferência Mundial da UNI Finanças
- Reuniões do Comité Diretivo da UNI-Europa

Pela sua importância, destaca-se a apresentação na reunião do Diálogo Social que teve lugar em Bruxelas, a 5 e 6 de novembro, das Conclusões e Recomendações conjuntas dos parceiros sociais da União Europeia sobre o Projeto de Aprendizagem ao Longo da Vida (LONG LIFE LEARNING) no qual os sindicatos e organizações patronais Europeias, das quais faz também parte a Associação Portuguesa de Bancos se comprometeram, nomeadamente, com o objetivo comum da formação para benefício de ambas as partes, onde os trabalhadores possam melhorar e desenvolver as suas competências. Este processo formativo e de certificação poderá caber ao IFB. Os parceiros sociais reconheceram, também, a importância do direito à Negociação Coletiva.

A exemplo de anos anteriores, também em 2015, o SBSI esteve presente no Fórum de Comunicadores da UNI (Unicommunication). O Fórum, cuja nona edição se realizou em Liverpool, no final de setembro, prosseguindo o seu objetivo de promover o debate entre os jornalistas sindicais de todo o mundo e os responsáveis da UNI sobre a forma e os meios mais adequados e eficazes para fazerem chegar a informação aos seus associados.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.1. Centro de Férias e Formação

O número de dormidas, em 2015, foi superior a 2014. A taxa de ocupação anual, que resulta do potencial calculado a partir do quarto duplo, também baixou em termos homólogos, passando de 26,9%, em 2014, para 28,7%, no exercício findo.

PERÍODO	2015		2014	2013	Variação (%)	
	Nº	Ocupação (%)			Nº	Nº
1º trim	778	13,3	845	1.173	-7,9	-28,0
2º trim	1.504	25,1	1.611	2.173	-6,6	-25,9
3º trim	3.791	54,4	3.009	4.019	26,0	-25,1
4º trim	627	10,2	810	1.243	-22,6	-34,8
TOTAL	6.700	28,7	6.275	8.608	6,8	-27,1

O 3º trimestre de 2015 teve uma variação positiva de 26% em relação a 2014, com os restantes trimestres a obterem uma variação negativa. O número de utentes que utilizaram o Centro de Férias e Formação aumentou 7% como se pode verificar no quadro. As maiores variações foram sentidas nos 3º e 4º trimestres, com +26% e -23% respetivamente.

Durante o ano, realizaram-se no Centro de Férias várias acções organizadas pelo Sindicato, de que salientamos os cursos de formação.

2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo

O número de utentes do Parque de Campismo, em 2015, relativamente ao ano anterior, aumentou em cerca de 5%. A melhoria do ambiente económico na União Europeia, poderá ser a principal razão para esta situação mais favorável do Parque.

PAÍS DE ORIGEM					2015		2014	2013	Variação (%)	
	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim	Total	(%)			Total	Total
Portugal	553	2.287	6.440	482	9.762	36,6	9.119	9.676	7,1	-5,8
Alemanha	390	640	689	487	2.206	8,3	1.938	1.988	13,8	-2,5
Bélgica	145	136	179	195	655	2,5	719	790	-8,9	-9,0
Espanha	152	491	2.486	196	3.325	12,5	3.124	2.819	6,4	10,8
França	1.249	1.245	1.997	831	5.322	19,9	4.571	3.233	16,4	41,4
Holanda	247	286	274	248	1.055	4,0	1.101	1.210	-4,2	-9,0
Noruega	180	36	25	83	324	1,2	407	517	-20,4	-21,3
Inglaterra	711	476	317	566	2.070	7,8	2.445	2.673	-15,3	-8,5
Suécia	186	27	31	144	388	1,5	466	529	-16,7	-11,9
Outros	260	351	710	266	1.587	5,9	1.496	1.525	6,1	-1,9
TOTAL	4.073	5.975	13.148	3.498	26.694	100,0	25.386	24.960	5,2	1,7
% do total anual	15,3	22,4	49,3	13,1	100,0		100,0	98,3		

Os portugueses continuaram a ser os principais frequentadores do Parque, com 37% do total das entradas. Dos estrangeiros, o principal cliente foi a França, seguido de Espanha, Alemanha e Inglaterra.

O 3º trimestre foi o período de maior densidade de ocupação, com uma concentração próxima de 50% do total anual. Entre os estrangeiros, salvo Espanha e França, a distribuição dos utentes ao longo do ano mostra que, em média, a procura é mais forte na época baixa.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo

O tempo de permanência no Parque é muito variável entre os campistas, consoante o país de origem. Os utentes provenientes do norte da Europa registaram as estadas mais prolongadas, que foram superiores a 10 dias por pessoa.

PAÍS DE ORIGEM	2015		2014	2013	Variação (%)	
	Total		Total	Total	15/14	14/13
Portugal	5,6		6,5	6,8	-13,7	-4,5
Alemanha	6,1		6,2	6,5	-1,7	-4,8
Bélgica	11,1		10,7	8,6	3,6	23,8
Espanha	3,0		2,8	2,6	5,1	7,9
França	6,6		6,2	5,9	6,6	4,3
Holanda	8,2		7,9	7,2	3,4	10,2
Noruega	14,2		12,4	10,7	14,3	16,1
Inglaterra	12,4		10,3	9,7	20,1	6,5
Suécia	14,9		11,5	11,6	30,1	-1,5
Outros	4,6		4,5	4,5	2,0	0,6
TOTAL	6,5		6,6	6,6	-1,9	-0,6

Apesar do aumento do número de utentes, a taxa média de permanência foi de 6,5 dias. Quanto ao número de dormidas, em 2015, houve um aumento de 3,1%, mantendo a tendência positiva verificada no ano anterior.

PAÍS DE ORIGEM	2015		2014	2013	Variação (%)	
	Total	(%)	Total	Total	15/14	14/13
Portugal	54.496	31,6	59.017	65.596	-7,7	-10,0
Alemanha	13.506	7,8	12.065	13.002	11,9	-7,2
Bélgica	7.256	4,2	7.688	6.825	-5,6	12,6
Espanha	9.871	5,7	8.824	7.382	11,9	19,5
França	35.076	20,4	28.271	19.180	24,1	47,4
Holanda	8.615	5,0	8.694	8.670	-0,9	0,3
Noruega	4.605	2,7	5.059	5.534	-9,0	-8,6
Inglaterra	25.646	14,9	25.229	25.894	1,7	-2,6
Suécia	5.792	3,4	5.348	6.161	8,3	-13,2
Outros	7.358	4,3	6.799	6.890	8,2	-1,3
TOTAL	172.221	100,0	166.994	165.134	3,1	1,1
% do total anual		100,0				

A promoção do Parque de Campismo, no país e no estrangeiro, concretizou-se através dos canais habituais. Privilegiou-se a imprensa da especialidade, os roteiros campistas e a via eletrónica. Dado o elevado potencial do mercado britânico, mantém-se, desde há alguns anos, um protocolo com um Clube de Campismo daquele país.

A divulgação fez-se também através da distribuição de folhetos do parque em feiras realizadas em Inglaterra (Birmingham), na Holanda (Utrecht e Leeuwarden) e na Alemanha (Estugarda, Munique, Nuremberga e Dusseldorf).

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer

Este ponto abrange os serviços que o SBSI proporciona aos seus associados, relacionados com férias e lazer, designadamente viagens e aluguer de apartamentos.

■ PASSEIOS TURÍSTICOS

Em 2015, foram organizados 7 programas de viagens, tendo como destino vários locais de Portugal e do estrangeiro. Participaram 366 sócios e seus familiares nestas iniciativas.

Apesar de ter havido uma diminuição de participantes, em relação ao ano passado, os reformados aderiram bem às iniciativas da Secção que os representa.

ÓRGÃO DA ESTRUTURA	2015 Nº	2014 Nº	2013 Nº	Variação (%)	
				15/14	14/13
Dep. Tempos Livres	201	244	205	-17,6	19,0
GRAM	0	25	22	-100,0	13,6
Secção S. Reformados	165	153	329	7,8	-53,5
Total	366	422	556	-13,3	-24,1

■ ALUGUER DE APARTAMENTOS

O conjunto das opções oferecidas, em 2015, totalizando 27 apartamentos, aumentou em 12,5% em relação ao período anterior. A época alta foi a mais procurada, atingindo-se elevados índices de ocupação nos meses tradicionais de férias.

APARTAMENTOS	2015		2014		2013		Variação (%)			
	Nº de	Nº de	Nº de	Nº de	Nº de	Nº de	15/14		14/13	
	Apart.	personas	Apart.	personas	Apart.	personas	Apart.	Personas	Apart.	Personas
Guadiana	5	361	5	361	5	343	-	0,0	-	5,2
Calema	4	425	4	345	4	321	-	23,2	-	7,5
Real Lota	6	418	6	407	6	372	-	2,7	-	9,4
Alagoa Mar I	3	240	3	245	3	200	-	-2,0	-	22,5
Alturamar	3	180	3	192	3	158	-	-6,3	-	21,5
Cabanas Park	2	171	1	105	1	80	-	62,9	-	31,3
Ocean Terrace	2	214	2	188	2	155	-	13,8	-	21,3
Katavento	2	127	-	-	-	-	-	-	-	-
Urb. Mar Poniente	-	-	-	-	3	75	-	-	-	-
TOTAL	27	2.136	24	1.843	27	1.704	12,5	15,9	-11,1	8,2

Foram emitidos, em 2015, 549 *vouchers*, superior aos 485 *vouchers* emitidos em 2014, correspondendo a uma ocupação total de 2,136 pessoas, número superior às 1.843 pessoas registadas em 2014. Cada apartamento hospedou, em média, cerca de 79 pessoas.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer

O Sindicato proporcionou ainda aos seus sócios e familiares, a possibilidade de usufruírem do alojamento em estabelecimentos hoteleiros, a preços reduzidos, em resultado dos acordos estabelecidos para a concessão de descontos. Em 2015, os protocolos contemplavam mais de meia centena de unidades hoteleiras, variando os descontos entre 10% e 55%.

2.2.4. Colónias de Férias

Efectuou-se, em 2015 (18 de julho a 01 de agosto), uma Colónia de Férias dedicada aos filhos dos sócios do SBSI, no concelho de Penamacor, envolvendo 27 crianças e jovens dos 7 aos 17 anos, em contexto de turismo rural, servido por praias fluviais. A organização esteve a cargo da Associação Jovens Seguros do STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora.

O SBSI organizou pelo 15º ano consecutivo, num colégio tradicional situado em Inglaterra, um curso de Verão destinado aos filhos dos sócios, que teve a participação de 24 jovens com idades entre os 13 e os 17 anos. A ação decorreu entre 19 de julho e 02 de agosto e reuniu jovens de vários países, proporcionando aos participantes convívio, enriquecimento cultural e o aperfeiçoamento da língua inglesa.

2.2.5. Atividades Socioculturais

Da atividade desenvolvida em 2015, destacam-se as seguintes atividades:

- 12ª Concerto de Coros Bancários de Reis, 1º Concerto de Primavera e o 23º Encontro de Coros Bancários;
- ‘Convívios com Arte’:
 - o Museu de Arte Moderna;
 - o Palácio de São Bento – “Um património com história”;
 - o Museu da Marinha;
 - o Museu Gulbenkian e Jardins;
 - o Jardim Botânico;
 - o Eça de Queirós em Lisboa;
 - o Monserrate – Sintra;
 - o Roteiro Cassiano Branco - Arquiteto;
 - o A Mata dos Medos em poesia - Metáfora – Costa de Caparica;
 - o Torre de Belém;
 - o Percurso cafés e tertúlias;
 - o Museu nacional de Arte Antiga;
- Cursos de valorização artística, formação temática e formação para a juventude.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.5. Atividades Socioculturais

■ GRAM

Ao longo das duas últimas décadas, o GRAM – Grupo de Ação de Mulheres proporcionou aos sócios e seus familiares a oportunidade de frequentarem cursos de Valorização Cultural, Artística e Pessoal. O vasto leque de opções disponíveis, que todos os anos aumenta, pretende dar uma resposta o mais ampla possível às preferências dos associados.

A dinamização dos núcleos foi outra das questões em que o GRAM esteve muito empenhado, tendo realizado uma reunião geral de núcleos, na qual estiveram em debate temas sindicais e onde cada um fez o balanço da sua atividade e perspetivou futuras ações.

No encontro fez-se uma reflexão global sobre o trabalho desenvolvido e foi apresentado o plano de atividades para 2016, documento que recebeu muitas sugestões de novas iniciativas. É de referir que todas as ações destinaram-se a mulheres e homens.

Entre as muitas atividades desenvolvidas pelos núcleos do GRAM, destaque-se a campanha de solidariedade de Natal de Ponta Delgada, que beneficiou instituições sociais de apoio a crianças e jovens, e o baile de máscaras de Carnaval em Castelo Branco.

À semelhança de anos anteriores, em 2015 o GRAM desenvolveu e participou em diversas Ações. Saliente-se:

- Conferência “Dimensão de género na segurança e saúde no trabalho”;
- Sessão de trabalho de dois dias sobre conceitos teóricos da filosofia que suporta o CHI Kung, incluindo a prática;
- Contributo na elaboração do guia informativo sobre a parentalidade “Partilhar para Conciliar”, no âmbito das conclusões do seminário realizado pelo GRAM em 2014;
- Participação no questionário “Dimensão de género na segurança e saúde no trabalho”, com a inclusão dos Secretariados de Empresa;
- Agendamento e acompanhamento das entrevistas às sócias do SBSI, SBN e SBC para a conclusão do estudo sobre dimensão de género;
- Presença na apresentação do Livro da Wanda Guimarães “Conversas em Tempo de Crise – A Visão de uma Sindicalista”;
- Participação no seminário do Dia Internacional da Mulher/UGT, em Setúbal;
- Plenário da Comissão de Mulheres da UGT;
- Comemoração do Dia Internacional da Mulher, em Évora;
- Participação no seminário “Setor financeiro, sustentabilidade, negócios e confiança”;
- Participação no seminário “Oportunidades empreendedoras e a prevenção do assédio sexual no trabalho”;
- Participação na tertúlia “Questões de género em matéria salarial e carreira em diferentes setores económicos”;
- Participação e parceria no seminário “Convenção de Istambul, prevenção e combate ao assédio sexual”;

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.5. Atividades Socioculturais

■ GRAM

- Participação no painel sobre riscos profissionais, integrado no seminário “A dimensão de género na segurança e saúde no trabalho”;
- Exposição dos trabalhos realizados nos Cursos de Valorização Cultural Artística, no Palacete;
- Workshop da “Arte da Presença Feminina”;
- Workshop de Zumba;
- Workshop de gravação em vidro.

Como vem sendo habitual ao longo das últimas duas décadas, o GRAM proporcionou aos sócios e seus familiares a oportunidade de frequentarem cursos de valorização artística e pessoal. Com um amplo leque de escolhas, pretende-se atingir o maior número possível das preferências dos associados:

CURSOS	2015	2014	2013	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	15/14	14/13
Arraiolos	2	2	2	0,0	0,0
Bordado de Castelo Branco	7	5	7	40,0	-28,6
Bordados tradicionais	4	5	3	-20,0	66,7
Cerâmica artística	3	3	5	0,0	-40,0
Chi Kung	9	10	9	-10,0	11,1
Costura	2	3	3	-33,3	0,0
Desenho	9	10	11	-10,0	-9,1
Ed. e Montagem de vídeo	-	-	9	-	-
Encadernação	22	24	19	-8,3	26,3
Fotografia	-	-	2	-	-
Fotografia Digital	7	-	4	-	-
Inglês (por módulos)	-	-	7	-	-
Paisagem	6	7	8	-14,3	-12,5
Pintura em azulejos	7	9	11	-22,2	-18,2
Pintura em porcelana	-	5	3	-	66,7
Pilates/Zumba	-	-	34	-	-
Reciclagem	-	-	2	-	-
Registos	9	5	9	80,0	-44,4
Restauro em madeira	10	8	10	25,0	-20,0
Restauro em louça	-	22	22	-	0,0
Técnicas de pintura	24	30	29	-20,0	3,4
Vitral	5	4	5	25,0	-20,0
Total	126	152	214	-17,1	-29,0

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.5. Atividades Socioculturais

■ COMISSÃO DE JUVENTUDE

O acompanhamento e apoio à camada mais jovem de profissionais do setor é uma preocupação constante do SBSI, no que a Comissão de Juventude (CJ) desenvolve uma atividade relevante. Refletir para dentro do Sindicato a realidade dos novos bancários e, ao mesmo tempo, dar a conhecer aos jovens a atividade do SBSI é uma meta sempre presente no trabalho da Comissão. Assim, a CJ tem-se empenhado na organização de núcleos de jovens, como forma de trazer mais jovens ao SBSI e incentivar a sua crescente participação e pro-atividade nas atividades promovidas pelo Sindicato.

Ao longo de 2015 a CJ fomentou um conjunto de ações, entre as quais se destacam:

- Constituição de núcleos nas Secções Sindicais, estando já em atividade em 11 Secções de Empresa e em 10 Secções Regionais, envolvendo 59 jovens;
- Reuniões de núcleos trimestrais, com a participação de cerca de 30 jovens em cada uma. Têm sido debatidos temas sobre a atualidade e problemáticas laborais;
- Eleição, pelo Secretariado Nacional da UGT, da coordenadora da CJ do SBSI, Ângela Filipe, para vice-presidente da Comissão de Juventude da central sindical;
- Participação nas reuniões, seminários e nas restantes atividades da CJ da UGT.

■ OUTRAS AÇÕES

Serão, ainda, de registar diversos eventos, com vertente formativa ou de convívio, organizados pelos Tempos Livres, GRAM e/ou Comissão de Juventude, tratando-se, em vários casos, de organização conjunta:

ATIVIDADES	2015	2014	2013	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	15/14	14/13
Passagem de Ano	255	260	394	-1,9	-34,0
Dia Internacional da Criança	104	55	75	89,1	-26,7
Festa de Carnaval	65	-	89	-	-
Núcleos de Empresa	82	120	13	-31,7	>100
Total	506	435	571	16,3	-23,8

Também as seções regionais realizaram um conjunto de atividades, das quais se destacam:

- Seção Regional de Castelo Branco - baile de carnaval, magusto, noite de fados;
- Seção Regional de Portalegre – viagem “Aldeias Históricas”;
- Seção Regional de Portimão - passeios a Sevilha, a Alcoutim e descida do Guadiana e ao Algarve Interior, passeio-fotográfico às Camélias, na Serra da Fóia;
- Seção Regional de Setúbal – cruzeiro no rio Sado e noite de fados;
- Seção Regional de Tomar – exposição de artes plásticas.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.6. Atividades Desportivas

Como é tradicional, o desporto ocupou um lugar de relevo no plano de atividades do Sindicato. O futsal, o tiro, a pesca e outras modalidades ligadas ao mar, foram as que mais se destacaram. Em 2015, o SBSI organizou provas em 15 modalidades, às quais concorreram 1.129 atletas.

A organização das provas, de âmbito nacional, pertenceu, conjuntamente, aos três sindicatos verticais. No SBSI, essa missão coube ao Pelouro dos Tempos Livres, realçando-se a colaboração prestada pela Secção Regional de Setúbal na organização do Campeonato Interbancário de Pesca de Alto Mar (CIPAM).

MODALIDADES DESPORTIVAS	2015		2014	2013	Variação (%)	
	Nº	%	Nº	Nº	15/14	14/13
Torneio de Ténis	63	6,2	63	77	0,0	-18,2
Futsal (TNIFS)	196	19,4	305	450	-35,7	-32,2
Futsal (TNIFS-Vet.)	168	16,6	178	180	-5,6	-1,1
Golfe	27	2,7	33	30	-18,2	10,0
Tiro	125	12,4	133	130	-6,0	2,3
Karting	29	2,9	28	38	3,6	-26,3
Xadrez	21	2,1	23	32	-8,7	-28,1
Pesca de mar	58	5,7	62	66	-6,5	-6,1
Pesca de rio	73	7,2	81	93	-9,9	-12,9
Pesca de alto mar	43	4,3	0	0	-	-
Bowling	63	6,2	74	82	-14,9	-9,8
Snooker	45	4,5	47	49	-4,3	-4,1
King	32	3,2	32	27	0,0	18,5
Squash	0	0,0	13	20	-100,0	-35,0
Surfcasting	67	6,6	57	61	17,5	-6,6
TOTAL	1.010	100,0	1.129	1.335	-10,5	-15,4

O futsal continuou a ser a modalidade com maior participação, representando 43% do total.

Para além das provas representadas no quadro, realizaram-se outras iniciativas de âmbito mais restrito:

- Jogos de sala e futsal na Seção Regional da Horta;
- Futebol, yoga, squash e jogos de sala, na Seção Regional Castelo Branco;
- Jogos de sala ,convívio piscatório, tiro aos pratos, na Seção Regional de Portalegre;
- Jogos de sala e futsal, na Secção Regional de Setúbal;
- Convívios piscatórios, na Seção Regional de Santarém;
- Jogos de sala e convívios piscatórios, na Seção Regional de Tomar.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.3. APOIO JURÍDICO

Durante o ano de 2015, os Serviços Jurídicos continuaram a prestar assistência jurídica e judiciária aos associados e, também, à Direção do Sindicato e demais órgãos sociais.

APOIO JURÍDICO	2015	2014	2013	Varição (%)	
	Nº	Nº	Nº	15/14	14/13
CONTENCIOSO	721	774	974	-6,8	-20,5
Entrevistas concedidas a sócios	685	738	915	-7,2	-19,3
Respostas a notas de culpa	36	36	59	0,0	-39,0
PRÉ-CONTENCIOSO	3.300	4.000	5.000	-17,5	-20,0
Pessoais ⁽¹⁾	800	1.500	2.000	-46,7	-25,0
Telefónicas ⁽¹⁾	2.500	2.500	3.000	0,0	-16,7
INFORMAÇÕES ESCRITAS	828	838	821	-1,2	2,1
Sócios e Instituições	68	90	130	-24,4	-30,8
Informações por mail/fax	760	748	691	1,6	8,2
PROCESSOS EM TRIBUNAL	103	36	60	>100	-40,0

⁽¹⁾ Valores estimados

Relativamente a ações judiciais, intentadas no ano transato relacionadas com o afastamento do ACT no ex- IFADAP, bem como a integração desses trabalhadores no regime geral da segurança social, continuaram as mesmas a ser acompanhadas. Também a integração dos trabalhadores da PARVALOREM, no regime geral da segurança social deu origem a uma ação judicial que foi intenda pelos três sindicatos de bancários que constituem a FEBASE.

De salientar que foram colocadas, aos Serviços Jurídicos, questões de elevada complexidade, nomeadamente relacionadas com as diversas reestruturações ocorridas nos bancos e as suas consequências nas relações laborais, nomeadamente com reformas antecipadas, rescisões por mutuo acordo e inclusive despedimento coletivo (BBVA e PARVALOREM).

Também aos SAMS e à USP foi prestada assistência jurídica (essencialmente sobre a forma de pareceres) nas diversas questões que se colocaram nas áreas das suas atribuições, algumas requerendo elevado grau de especialização (aqui se incluem contratos, nomeadamente relativos aos sistemas de informação e tecnologia do sindicato). Inclui-se também o patrocínio judicial em questões relacionadas com os serviços de saúde prestados e ações intentadas por trabalhadores contra o sindicato, bem como a intervenção em processos de insolvência de sócios (com reclamação de créditos) e a resposta a penhoras de créditos (penhoras recebidas de agentes de execução e tribunais).

A assistência jurídica aos associados foi, como é norma, prestada através de consultas individuais com os advogados (aqui se incluindo, nomeadamente, consultas presenciais, por escrito pelo telefone e por email, elaboração de respostas a notas de culpa, consulta de processos individuais e disciplinares e acompanhamento de diligências probatórias, bem como reuniões com bancos e advogados) e, quando necessário, reuniões coletivas com grupo de associados.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES**2.3. APOIO JURÍDICO**

O número e a relevância das consultas aos associados, que, no geral, sempre, têm expressado a sua satisfação pela intervenção dos Serviços Jurídicos, continuou no mesmo ritmo de procura, sendo de realçar a complexidade crescente também ao nível da segurança social dos trabalhadores bancários (fundos de pensões).

A assistência em processos judiciais inclui a elaboração de todas as peças processuais, reuniões com o associado a deslocações ao tribunal para as necessárias diligências.

De referir, também, que os Serviços Jurídicos emitiram vários pareceres, a pedido do SBSI, relativamente às diversas áreas de atuação do sindicato, bem como relativamente à sua própria organização e funcionamento, assumindo a sua defesa nas questões colocadas nessas áreas e, também, quanto a projetos de legislação laboral.

De assinalar, ainda o acompanhamento de elementos da Direção a reuniões com as diversas instituições e com trabalhadores. Por último destaca-se a redação periódica de textos no “Bancário”, quer na página das questões jurídicas, quer em outras, bem como na revista da FEBASE.

Os advogados do Sindicato foram nomeados instrutores em processos disciplinares, instaurados pelo sindicato a trabalhadores do mesmo e instruíram os respetivos processos.

Podemos, portanto, afirmar, uma vez mais, que, sem prejuízo do continuado aperfeiçoamento, sempre desejável, a verdade é que os Serviços Jurídicos cumpriram no desempenho das suas tarefas, cumprimento esse claramente espelhado nas estatísticas constantes deste relatório.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.4. FORMAÇÃO

O ano de 2015, pese embora tenha sido marcado pela realização de eleições no SBSI – o que originou, em conjugação com o período de férias, um interregno nas ações de formação de cerca de seis meses – mostrou, mais uma vez, que a aposta do Sindicato na valorização profissional e pessoal dos associados e associadas mostrou-se bem-sucedida.

No que respeita à formação profissional para ativos, mantiveram-se as temáticas que já vinham sendo ministradas em 2014. Os cursos de “Coaching na Gestão de Equipas e na Atividade Comercial” e “Gestão do Tempo e do Stress”, ambos com cinco edições, foram os que envolveram maior número de participantes.

No total, realizaram-se 21 ações de formação, que abrangeram 370 formandos. Destes, 220 pertenciam às Secções Sindicais de Empresa e 150 às Secções Regionais. Constata-se, assim, uma equilibrada distribuição da oferta formativa pelo universo dos associados.

Castelo Branco, Covilhã, Évora, Horta, Ponta Delgada, Santarém, Setúbal, Torres Vedras e Tomar foram as Regionais contempladas.

De salientar que as ações de “Coaching” e “Liderar e Motivar Equipas”, num total de sete, foram todas realizadas em ambiente residencial, o que representou um elevado esforço financeiro para o Sindicato.

No que respeita a ações para reformados, concretizaram-se quatro, com um total de 45 participantes, todas para associados da área de Lisboa. A ausência deste tipo de formação nas Secções Regionais foi motivada por questões de logística, entretanto em fase de resolução.

Uma nota final para evidenciar a participação do SBSI nas diferentes reuniões do Conselho Pedagógico do Instituto de Formação Bancária.

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	AÇÕES					FORMANDOS				
	2015	2014	2013	Variação (%)		2015	2014	2013	Variação (%)	
				15/14	14/13				15/14	14/13
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	21	25	20	-16,0	25,0	370	449	359	-17,6	25,1
Liderar e Motivar equipas	2	3	7	-33,3	-57,1	38	45	139	-15,6	-67,6
Recuperação de Crédito	2	7	-	-71,4	-	30	126	-	-76,2	-
Operações e Direito Bancário	2	3	-	-33,3	-	37	58	-	-36,2	-
Coaching Gest.Equipas e Activ. Comercial	5	2	-	>100	-	98	39	-	>100	-
Mercados e Prod.Financeiros (Módulo I)	3	2	-	50,0	-	54	38	-	42,1	-
Negociação e Gestão de Conflitos	2	1	-	100,0	-	28	23	-	21,7	-
Gestão do Tempo e do Stress	5	1	-	>100	-	85	19	-	>100	-
FORMAÇÃO REFORMADOS E FAMILIARES	4	4	8	0,0	-50,0	45	43	91	4,7	-52,7
Fundamental da Internet	1	2	4	-50,0	-50,0	12	21	46	-42,9	-54,3
Redes Sociais e Blogosfera	2	1	2	100,0	-50,0	23	11	23	>100	-52,2
Aplicações Office	1	1	2	0,0	-50,0	10	11	22	-9,1	-50,0
TOTAL	25	29	28	-13,8	3,6	415	492	450	-15,7	9,3

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.5. LUTUOSA

A lutuosa do SBSI tem como objecto a concessão de subsídios de luto, pelo falecimento dos associados, no ano da sua morte, ou no seguinte, quando o número de óbitos, nesse ano, exceder o número de *chamadas de capital* estabelecido, à pessoa por eles designada, ou aos herdeiros na falta de qualquer indicação.

Em 2015, foram atribuídos subsídios, no montante global de 687 mil euros, aos respectivos beneficiários, correspondendo esse valor à média de 6,3 mil euros, por óbito.

MESES	SUBSÍDIO (em euros)						Contrib. por sócio	
	Valor Global	Valor Unitário			Variação (%)		2015	
	2015	2015	2014	2013	15/14	14/13	Total	Óbito
Janeiro	58.273	6.475	6.721	6.918	-3,7	-2,8	10,39	1,15
Fevereiro	58.075	6.453	6.695	6.905	-3,6	-3,0	10,35	1,15
Março	57.816	6.424	6.669	6.880	-3,7	-3,1	10,31	1,15
Abril	57.587	6.399	6.650	6.868	-3,8	-3,2	10,26	1,14
Mai	57.455	6.384	6.629	6.849	-3,7	-3,2	10,24	1,14
Junho	57.270	6.363	6.614	6.831	-3,8	-3,2	10,21	1,13
Julho	57.108	6.345	6.596	6.811	-3,8	-3,2	10,18	1,13
Agosto	56.921	6.325	6.576	6.792	-3,8	-3,2	10,15	1,13
Setembro	56.763	6.307	6.561	6.775	-3,9	-3,2	10,12	1,12
Outubro	56.679	6.298	6.552	6.732	-3,9	-2,7	10,10	1,12
Novembro	56.507	6.279	6.525	6.732	-3,8	-3,1	10,07	1,12
Dezembro	56.418	6.269	6.501	6.731	-3,6	-3,4	10,06	1,12
TOTAL / MÉDIA	686.872	6.360	6.607	6.818	-3,7	-3,1	122,44	13,60

Cada sócio da lutuosa contribuiu, em 2015, para as *chamadas de capital*, com um valor acumulado de 126 euros, equivalente a 1,17 euros por óbito.

DESCRIÇÃO	2015	2014	2013	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	15/14	14/13
Óbitos	156	159	130	-1,9	22,3
Óbitos com processamento	108	108	108	0,0	0,0
Ínscrições	0	0	0	-	-
Sócios eliminados	23	21	24	9,5	-12,5
Ínscrições acumuladas	9.891	9.891	9.891	0,0	0,0
Sócios com inscrição activa	5.446	5.625	5.805	-3,2	-3,1

Em 2015, registaram-se 156 óbitos, dos quais apenas 108 foram processados, e 23 cancelamentos de sócios. No mesmo período não se verificaram novas inscrições. No final do ano, existiam 5.446 sócios com inscrição activa, ou seja, menos 3,2% do que no ano anterior.

3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

- 3.1. Gestão
- 3.2. Recursos Humanos
 - 3.2.1. Por tipo de pessoal
 - 3.2.2. Por Empresa
 - 3.2.3. Outros indicadores
- 3.3. Instalações

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.1. GESTÃO

■ Composição da Direção

Presidente

Rui Fernando da Cunha Mendes Riso

Vice-Presidente

Fernando Horácio de Jesus Oliveira

Secretário

Paulo de Amaral Alexandre

Tesoureiro

João Nunes de Carvalho

Vogais

António José Real da Fonseca

Rui Manuel Ribeiro dos Santos Alves

Cristina Alexandra Pereira Trony

Humberto Miguel Lopes da Cruz de Jesus Cabral

José Maria Pastor de Oliveira

António Manuel Tavares Ramos

Carlos Daniel da Paz Castanheira Bispo

Ângela Cardoso Ruivo Nunes Filipe

Rute Cláudia Marques Jesus Almeida

■ Organização dos Pelouros

Relações Internacionais / CPLP	Rui Riso / Horácio Oliveira
Revista "O Bancário"	Rui Riso (<i>Diretor</i>); Horácio Oliveira (<i>Diretor-adjunto</i>); Rui Riso; Horácio Oliveira; António Fonseca; Rui Santos Alves (<i>Conselho Editorial</i>)
Contratação	Paulo Alexandre (<i>Coordenador</i>); Pastor Oliveira; Humberto Cabral; João Ferreira
Assuntos Jurídicos	Pastor Oliveira (<i>Coordenador</i>); Paulo Alexandre
Estrutura de Representação Colectiva	Horácio Oliveira (<i>Coordenador</i>); José Carlos Pires
UGT, Comissão Hig. e Segurança, Cons.Europeus Empresa e outras organizações de trabalhadores	Paula Viseu; Ângela Filipe; Cristina Trony
Sindicalização	Humberto Cabral (<i>Coordenador</i>); Rui Mouzinho; Carlos Bispo; Ângela Filipe; Rute Almeida; João Ferreira
Informação	António Fonseca (<i>Coordenador</i>); Rui Santos Alves
Formação	Rui Santos Alves (<i>Coordenador</i>); Rute Almeida
Tempos Livres	António Ramos (<i>Coordenador</i>); João Carvalho
GRAM - Grupo de Ação de Mulheres	Cristina Trony (<i>Coordenadora</i>); Teresa Lourenço; Teresa Pereira
Comissão da Juventude	Ângela Filipe (<i>Coordenadora</i>); Luís Roque

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.2. RECURSOS HUMANOS

3.2.1. Por tipo de pessoal

No final de 2015, os serviços da Atividade Sindical empregavam 86 trabalhadores, menos três do que no ano anterior.

NATUREZA DAS FUNÇÕES	2015		2014	2013	Variação (%)	
	Nº	(%)	Nº	Nº	15/14	14/13
Enquadramento	6	7,0	6	7	0,0	-14,3
Específicas	4	4,7	4	4	0,0	0,0
Administrativas	34	39,5	32	33	6,3	-3,0
Auxiliares	42	48,8	47	44	-10,6	6,8
TOTAL	86	100,0	89	88	-3,4	1,1

As funções auxiliares correspondem a 48,8% do quadro de pessoal, seguindo-se as funções administrativas, com 29,5%. O pessoal que desempenha funções específicas representa cerca de 4,7% do total.

3.2.2. Por empresa

Do conjunto de todas as empresas, consideradas individualmente, a Sede concentrava o maior número de trabalhadores, ou seja, 30% do total.

EMPRESAS E SERVIÇOS	2015		2014	2013	Variação (%)	
	Nº	(%)	Nº	Nº	15/14	14/13
SEDE	26	30,2	26	25	0,0	4,0
<i>Serviços Ação Sindical</i>	12	14,0	12	11	0,0	9,1
<i>Serviços Jurídicos</i>	3	3,5	3	3	0,0	0,0
<i>Serviços C.S.R.T.Livres</i>	11	12,8	11	11	0,0	0,0
SEÇÕES REGIONAIS	30	34,9	32	33	-6,3	-3,0
CENTRO DE FÉRIAS	10	11,6	11	11	-9,1	0,0
PARQUE DE CAMPISMO	20	23,3	20	19	0,0	5,3
TOTAL	86	100,0	89	88	-3,4	1,1

O grupo de empresas das Seções Regionais registaram no final de 2015, 30 funcionários, menos 2 do que no ano anterior.

O Centro de Férias registou uma diminuição do quadro de pessoal, com menos um funcionário.

A Sede e o Parque de Campismo mantiveram o mesmo número de trabalhadores.

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.2. RECURSOS HUMANOS

O quadro seguinte mostra a divisão do pessoal por categorias profissionais e empresas e serviços, no final de 2015.

EMPRESAS E SERVIÇOS	NATUREZA DA FUNÇÃO			TOTAL
	Admin.	Auxiliares	Técnicos	
SEDE	15	6	5	26
<i>Serviços Ação Sindical</i>	7	3	2	12
<i>Serviços Jurídicos</i>	0	0	3	3
<i>Serviços C.S.R.T.Livres</i>	8	3	0	11
SEÇÕES REGIONAIS	19	11	0	30
CENTRO DE FÉRIAS	1	9	0	10
PARQUE DE CAMPISMO	4	16	0	20
TOTAL	39	42	5	86

No Centro de Férias e Formação e no Parque de Campismo e Caravanismo, a maior parte do pessoal exercia funções auxiliares (90% e 80%, respectivamente). Nestas empresas, em 2015, o pessoal administrativo tinha pouca expressão (5 trabalhadores, no total). As Seções Regionais apresentavam uma distribuição mais equilibrada entre categorias de natureza administrativa e auxiliar. Na Sede, prevaleciam as categorias profissionais de natureza administrativa, estando aqui concentrados todos os técnicos (5, no total).

3.2.3. Outros indicadores

O emprego na Atividade Sindical, no final de 2015, tinha as seguintes características:

- 94,2% dos trabalhadores eram efectivos;
- O trabalho a tempo completo representava 81,0% dos casos ;
- O género feminino correspondia a 60,5% do total;
- O ACT do setor bancário era o IRCT mais aplicado (51,1%).

INDICADORES	2015	2014	2013
	Total	Total	Total
Efetivos (%)	94,2	94,4	95,5
A Tempo completo (%)	81,0	82,0	90,9
Género (%)			
<i>Homens</i>	39,5	38,2	37,5
<i>Mulheres</i>	60,5	61,8	62,5
Média (anos)			
<i>Idade</i>	51,2	50,7	50,2
<i>Antiguidade</i>	24,2	23,4	23,4
Movimentação (Nº)			
<i>Entradas</i>	1	14	22
<i>Saídas</i>	4	13	19
IRCT aplicável (Nº)	86	89	88
<i>ACT Setor bancário</i>	44	47	46
<i>Normas Reguladoras/CIT</i>	27	26	24
<i>AE</i>	15	16	18

Em relação ao ano anterior, a estrutura não sofreu alteração sensível. Registamos, apenas, que a média de idades aumentou ligeiramente, situando-se, no final de 2015, em 51,2 anos.

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.3. INSTALAÇÕES

Para a realização dos seus objetivos, a Atividade Sindical utilizou as seguintes instalações, na maioria dos casos propriedade do SBSI:



SBSI - Atividade Sindical

Rua de S. José, 131 - 1169-046 LISBOA



Centro de Férias e Formação

Casal do Zote - Beco - 2240-208 FERREIRA DO ZÊZERE



Parque de Campismo

Pinheiros de Marim - Apartado 300 - 8700-912 OLHÃO



Angra do Heroísmo, Beja, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Horta, Ponta Delgada, Portalegre, Portimão, Santarém, Setúbal, Tomar, Torres Vedras.

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

- 4.1. Enquadramento
- 4.2. Análise Económica
 - 4.2.1. Análise Global
 - 4.2.2. Análise por empresas
- 4.3. Análise Financeira

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.1. ENQUADRAMENTO

A crise económica e financeira que vem afetando o país e as medidas de austeridade aplicadas durante o ano, já referidas neste relatório, com as inevitáveis consequências em termos de contratação colectiva, e outras, influenciarem directamente as contas do exercício, com implicações ao nível das receitas arrecadadas.

A gestão do exercício teve ainda de se confrontar com uma situação preocupante, que se vem agravando, a cada ano que passa. É o caso da progressiva redução do nível de sindicalização, com impacto no equilíbrio económico e financeiro do SBSI.

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

O ano de 2015 gerou um resultado negativo de 88 mil euros, inferior ao alcançado no ano transato, devido essencialmente à diminuição das quotizações sindicais, ao processo eleitoral para os órgãos diretivos, e ao XVIII Congresso do SBSI.

(Unid: Euro)

CONTAS	2015		2014 Valor	2013 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			15/14	14/13
GASTOS	9.312.914	100,0	9.205.753	9.124.194	1,2	0,9
61 Custo Merc. Vendidas e Mat. C.	31.733	0,3	31.763	40.321	-0,1	-21,2
62 Fornecimentos e Serviços Ext.	4.695.656	50,4	4.502.039	4.515.071	4,3	-0,3
63 Gastos com o Pessoal	2.880.524	30,9	2.909.041	2.915.582	-1,0	-0,2
64 Gastos de Deprec. e Amort.	493.947	5,3	491.775	488.624	0,4	0,6
65 Perdas por Imparidade	80.392	0,9	0	17.649	-	-100,0
67 Provisões do Período	196.538	2,1	233.483	197.086	-15,8	18,5
68 Outros Gastos e Perdas	909.540	9,8	993.512	864.861	-8,5	14,9
69 Gastos e Perdas de Financ.	24.585	0,3	44.141	85.001	-44,3	-48,1
RENDIMENTOS	9.224.901	100,0	9.564.124	9.855.530	-3,5	-3,0
72 Prestações de Serviços	1.986.136	21,5	1.796.890	1.732.520	10,5	3,7
Quotiz./Contrib./Subs. Explor.	6.814.562	73,9	7.185.405	7.444.741	-5,2	-3,5
76 Reversões	15.650	0,2	0	85.041	-	-100,0
78 Outros Rendimentos e Ganhos	345.213	3,7	471.138	491.636	-26,7	-4,2
79 Juros e Outros Rend. Similares	63.340	0,7	110.691	101.592	-42,8	9,0
Resultado Antes de Imposto	(88.013)	-	358.371	731.336	>-100	-51,0
Imposto Sobre o Rendimento	0	-	14.721	15.540	-100,0	-5,3
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(88.013)	-	343.651	715.796	-	-

Embora se tenha registado um ligeiro aumento de 1,2% nos gastos, a diminuição do resultado foi originada, fundamentalmente, pela diminuição dos rendimentos, que assinalaram uma quebra de 3,5%.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ GASTOS TOTAIS

Os gastos, neste exercício, aumentaram 1%, em relação ao período transato, tendo atingido, o valor global de 9,3 milhões de euros.

(Unid: Euro)

CONTAS	2015		2014 Valor	2013 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			15/14	14/13
6 Gastos	9.312.914	100,0	9.205.753	9.124.194	1,2	0,9
Custo Merc. Vend. Mat. Cons.	31.733	0,3	31.763	40.321	-0,1	-21,2
Fornec. e Serv. Externos	4.695.656	50,4	4.502.039	4.515.071	4,3	-0,3
Gastos com o Pessoal	2.880.524	30,9	2.909.041	2.915.582	-1,0	-0,2
Gastos de Deprec. e Amort.	493.947	5,3	491.775	488.624	0,4	0,6
Perdas por Imparidade	80.392	0,9	0	17.649	-	-100,0
Provisões do Período	196.538	2,1	233.483	197.086	-15,8	18,5
Outros Gastos e Perdas	909.540	9,8	993.512	864.861	-8,5	14,9
Gastos e Perdas de Financ.	24.585	0,3	44.141	85.001	-44,3	-48,1

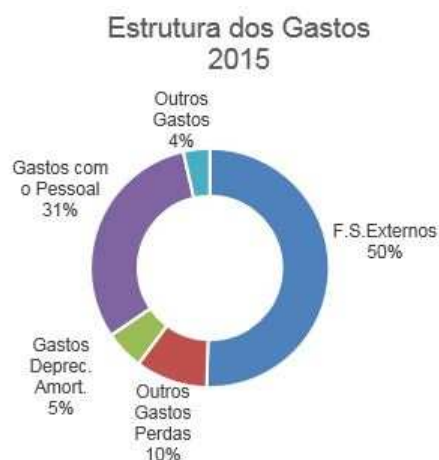
Este comportamento está relacionado, essencialmente com o agravamento, em 2015, dos fornecimentos e serviços externos em 4,3% (+ 194 mil euros).

Por outro lado, as maiores diminuições, em valor absoluto, verificaram-se nos gastos e perdas de financiamento (- 20 mil euros) e nas Provisões do período (- 37 mil euros).

De entre as contas com mais peso, assinala-se os gastos com o pessoal que diminuíram em 29 mil euros, face ao ano de 2014, o que a nível percentual corresponde -1,0% relativamente ao ano de 2014.

Os gastos com amortizações por sua vez revelaram um ligeiro aumento, que se traduziu em 0,4%.

De entre as contas de reduzida expressão, assinala-se as perdas por imparidade com um valor de 80 mil euros em 2015, quando não teve qualquer valor registado em 2014.



SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Este agregado somou 4,7 milhões de euros, em 2015. Esta rubrica teve o valor mais acentuado que no ano passado, com um aumento em relação às contas de 2014, mantendo o seu peso no conjunto dos gastos.

(Unid: Euro)

CONTAS	2015		2014 Valor	2013 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			15/14	14/13
62 Fornecimento e Serviços Externos	4.695.656	100,0	4.502.039	4.515.071	4,3	-0,3
Subcontratos	2.357.948	50,2	2.472.423	2.388.647	-4,6	3,5
Serviços Especializados	814.889	17,4	573.462	637.106	42,1	-10,0
Materiais	75.044	1,6	97.952	44.898	-23,4	>100
Energia e Fluidos	340.426	7,2	324.484	354.009	4,9	-8,3
Deslocações, Estadas e Transp.	250.340	5,3	222.985	285.275	12,3	-21,8
Serviços Diversos	700.924	14,9	680.116	596.603	3,1	14,0
Despesas Órgãos Sociais	156.083	3,3	130.616	208.533	19,5	-37,4

As variações de maior significado, para o apuramento final da conta, ocorreram nos Subcontratos (parcela mais representativa do conjunto, com 50% do total) e nos Serviços especializados.

A rubrica deslocações, estadas e transportes tiveram um aumento de 12,3% (+ 227 mil euros).

Contrariando a tendência do ano passado, a rubrica subcontratos registou uma variação negativa de 4,6% em 2015:

(Unid: Euro)

CONTAS	2015		2014 Valor	2013 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			15/14	14/13
6201 Subcontratos	2.357.948	100,0	2.472.423	2.388.647	-4,6	3,5
Subcontratos Gerais	556.473	23,6	513.707	488.843	8,3	5,1
Subcontratos Informáticos	26.792	1,1	21.771	5.735	23,1	>100
Subcontratos Lazer	635.215	26,9	735.443	698.471	-13,6	5,3
Subcontratos PTIs	1.139.469	48,3	1.201.502	1.195.598	-5,2	0,5

A parcela dos subcontratos PTIs tiveram em 2015 uma representatividade de 48,3% no total dos subcontratos, obtendo uma variação negativa de 5,2% (- 62 mil euros).

A parcela dos subcontratos de lazer também tiveram uma redução de 13,6% (- 100 mil euros).

Em contrapartida, houve um aumento nos subcontratos gerais e informáticos de 8,3% e 23,1% respetivamente.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ GASTOS COM PESSOAL

Esta conta representou em 2015, 30,9% dos gastos totais. O montante despendido atingiu 2,9 milhões de euros, baixando ligeiramente, em termos absolutos, face ao período homólogo.

(Unid: Euro)

CONTAS	2015		2014 Valor	2013 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			15/14	14/13
63 Gastos com o Pessoal	2.880.524	100,0	2.909.041	2.915.582	-1,0	-0,2
Remunerac. dos Órgãos Sociais	233.660	8,1	295.624	330.923	-21,0	-10,7
Remuneração do Pessoal	1.678.836	58,3	1.662.539	1.667.289	1,0	-0,3
Encargos s/ Remunerações	521.666	18,1	516.958	514.790	0,9	0,4
Seguros	8.170	0,3	10.325	11.162	-20,9	-7,5
Gastos da Ação Social	7.182	0,2	5.244	10.552	37,0	-50,3
Outros Gastos	431.009	15,0	418.351	380.867	3,0	9,8

O decréscimo verificado, nesta conta, em 2015, deve-se principalmente às remunerações dos órgãos sociais que registaram menos 62 mil euros.

Os gastos da ação social tiveram um acréscimo de 2 mil euros (+ 37,0%) relativamente a 2014.

Por outro lado, os seguros obtiveram um decréscimo de 2 mil euros (- 20,9%) face ao período homólogo.

A parcela remuneração do pessoal representa 58,3% do total dos gastos com o pessoal:

(Unid: Euro)

CONTAS	2015		2014 Valor	2013 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			15/14	14/13
6302 Remuneração do Pessoal	1.678.836	100,0	1.662.539	1.667.289	1,0	-0,3
Remuneração Base	905.928	54,0	916.928	908.387	-1,2	0,9
Diuturnidades	121.943	7,3	121.262	118.564	0,6	2,3
Isonção de Horário	65.971	3,9	64.667	65.280	2,0	-0,9
Subsídio de Falhas	2.933	0,2	2.618	2.356	12,0	11,1
Subsídio de Refeição	151.791	9,0	154.707	155.603	-1,9	-0,6
Subsídio de Função	3.218	0,2	3.218	3.511	0,0	-8,3
Trabalho Nocturno	10.911	0,6	14.064	13.133	-22,4	7,1
Trabalho Suplementar	33.307	2,0	16.085	806	>100	>100
Subsídio de Férias	114.814	6,8	115.480	119.965	-0,6	-3,7
Subsídio de Natal	104.123	6,2	104.202	102.386	-0,1	1,8
Prémios de Antiguidade	21.624	1,3	5.839	20.516	>100	-71,5
Subsídio Estudo p/ filhos Trab	7.549	0,4	6.743	7.671	12,0	-12,1
Acrés. Horário Compl. Prolong.	8.134	0,5	8.761	10.413	-7,2	-15,9
Acrés. Trabalho Sáb/Dom/Ferriad	11.776	0,7	12.485	15.724	-5,7	-20,6
Mês de Férias	114.814	6,8	115.480	122.974	-0,6	-6,1

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ GASTOS DE DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÕES

Este conjunto contribuiu com cerca de 494 mil euros para o total dos gastos do exercício. Em relação ao período passado, também não se verificou variação significativa, em termos absolutos.

(Unid: Euro)

CONTAS	2015		2014 Valor	2013 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			15/14	14/13
64 Gastos de Deprec. e Amort.	493.947	100,0	491.775	488.624	0,4	0,6
Ativos Fixos Tangíveis	493.947	100,0	491.775	488.624	0,4	0,6
Edifícios e Outras Construções	403.655	81,7	410.585	410.893	-1,7	-0,1
Equipamento Básico	9.279	1,9	13.421	14.754	-30,9	-9,0
Equipamento de Transporte	2.171	0,4	2.313	1.619	-6,1	42,8
Ferramentas e Utensílios	80	0,0	248	254	-67,5	-2,3
Equipamento Administrativo	72.575	14,7	63.274	59.560	14,7	6,2
Outros Ativos Fixos Tangíveis	6.187	1,3	1.934	1.544	>100	25,3

Edifícios e outras construções, com 81,7% do total, e equipamento administrativo, com 14,7%, foram as rubricas que concentraram maior volume de gastos, tendo esta última rubrica apresentado a maior variação em valor absoluto (+ 9 mil euros).

■ OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta conta, onde o valor despendido não chegou a um milhão de euros, correspondeu a 9,8% dos gastos totais do exercício.

Conforme se constata a seguir, foram as rubricas outros gastos e perdas e quotizações, as parcelas mais representadas no agregado em análise.

(Unid: Euro)

CONTAS	2015		2014 Valor	2013 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			15/14	14/13
68 Outros Gastos e Perdas	909.540	100,0	993.512	864.861	-8,5	14,9
Impostos	20.183	2,2	8.226	8.208	>100	0,2
Dívidas Incobráveis	769	0,1	518	2.338	48,5	-77,8
Multas e Penalidades	788	0,1	433	1.110	81,9	-61,0
Gastos e Perdas em Inv. não F.	19.715	2,2	0	106	-	-100,0
Outros Gastos e Perdas	211.074	23,2	318.438	161.047	-33,7	97,7
Quotizações	657.011	72,2	665.896	692.053	-1,3	-3,8

Quanto às quotizações, congrega as contribuições para as várias instituições, nacionais e estrangeiras, onde o SBSI se encontra filiado, nomeadamente, UGT, UNI e FEBASE.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

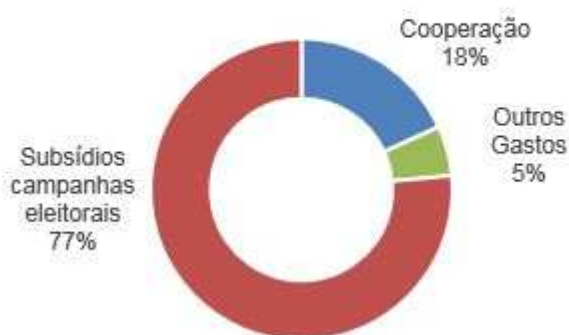
■ OUTROS GASTOS E PERDAS

Analisando a subconta outros gastos e perdas, elaborou-se o quadro seguinte, onde se constata a rubrica de subsídios a campanhas eleitorais (de 161 mil euros), justificado pelas eleições no SBSI em 2015. Este valor representa 76,5% do total dos outros gastos e perdas.

(Unid: Euro)

CONTAS	2015		2014 Valor	2013 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			15/14	14/13
6808 Outros Gastos e Perdas	211.074	100,0	318.438	161.047	-33,7	97,7
Correcções Exerc. Anteriores	436	0,2	43.011	39.418	-99,0	9,1
Donativos	1.740	0,8	3.540	2.265	-50,8	56,3
Cooperação	38.368	18,2	264.805	114.443	-85,5	>100
Ofertas	5.567	2,6	5.857	4.043	-5,0	44,9
Subsídios campanhas eleitorais	161.438	76,5	0	0	-	-
Outros	3.524	1,7	1.225	878	187,7	39,6

Estrutura dos Outros Gastos e Perdas
2015



SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ RENDIMENTOS TOTAIS

Os rendimentos totais averbaram um decréscimo homólogo de cerca de 3,5%.

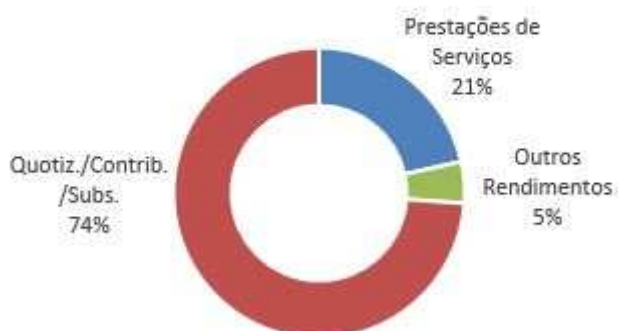
(Unid: Euro)

CONTAS	2015		2014	2013	Variação (%)	
	Valor	(%)	Valor	Valor	15/14	14/13
7 Rendimentos	9.224.901	100,0	9.564.124	9.855.530	-3,5	-3,0
Prestações de Serviços	1.986.136	21,5	1.796.890	1.732.520	10,5	3,7
Quotiz./Contrib./Subs. Explor.	6.814.562	73,9	7.185.405	7.444.741	-5,2	-3,5
Reversões	15.650	0,2	0	85.041	-	-100,0
Outros Rendimentos e Ganhos	345.213	3,7	471.138	491.636	-26,7	-4,2
Juros e Outros Rend. Similares	63.340	0,7	110.691	101.592	-42,8	9,0

A maior responsabilidade para este declínio cabe às quotizações sindicais, que continuam o trajeto descendente a perderem cerca de 370 mil euros, face a 2014.

As prestações de serviços mantêm a variação positiva obtida em 2014, aumentando 10,5% em 2015.

Estrutura de Rendimentos 2015



SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Mantendo a variação do exercício anterior, o comportamento desta rubrica, em 2015, foi ascendente. A evolução em relação ao período homólogo anterior, foi de 10,5%.

CONTAS	2015		2014 Valor	2013 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			15/14	14/13
	(Unid: Euro)					
72 Prestações de Serviços	1.986.136	100,0	1.796.890	1.732.520	10,5	3,7
Serv.Lazer-Camp.Carav.-TxReduz	1.224.104	61,6	708.292	610.653	72,8	16,0
Serv.Lazer-Exp.H.Simil-Tx.Redu	311.603	15,7	582.781	635.276	-46,5	-8,3
Serv.Lazer-Circ.Turísticos	450.053	22,7	504.774	486.296	-10,8	3,8
Serviços Secundários-Tx.Normal	376	0,0	1.043	294	-64,0	>100

A variação desta conta, em 2015, está associado às parcelas que efetivamente têm peso na sua estrutura total. Destaca-se em termos absolutos, os serviços de lazer- campismo e caravanismo que aumentaram em 72,8% (+ 516 mil euros).

Por outro lado, as restantes parcelas obtiveram variações negativas, com destaque para os serviços de lazer – exploração hoteleira que baixaram 46,5% (- 271 mil euros)



■ QUOTIZAÇÕES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

As quotizações dos sócios sustentaram, quase inteiramente, esta conta. Globalmente, quotizações e subsídios à exploração registaram uma variação negativa de 5,0%. Foram arrecadados 6,8 milhões de euros, neste ano, correspondentes a mais de dois terços do total das receitas.

As quotizações sindicais diminuíram aproximadamente 359 mil euros em relação ao período homólogo.

CONTAS	2015		2014 Valor	2013 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			15/14	14/13
	(Unid: Euro)					
7215 Quotiz./Contrib./Subs. Explor.	6.814.562	100,0	7.185.405	7.444.741	-5,2	-3,5
Quotizações Sindicais	6.756.791	99,2	7.115.564	7.362.674	-5,0	-3,4
Outras	57.771	0,8	69.841	82.067	-17,3	-14,9

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.2. Análise por Empresas

(Unid: Euro)

CONTAS	2015		2014 Valor	2013 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			15/14	14/13
GASTOS	9.312.914	100,0	9.205.753	9.124.194	1,2	0,9
Sede	5.832.409	62,6	5.970.960	5.934.145	-2,3	0,6
Parque Campismo	1.207.247	13,0	1.158.821	1.075.395	4,2	7,8
Centro Férias	590.042	6,3	594.446	607.144	-0,7	-2,1
Secções Regionais	1.676.429	18,0	1.467.444	1.495.000	14,2	-1,8
Lutuosa	6.788	0,1	14.082	12.509	-51,8	12,6
RENDIMENTOS	9.224.901	100,0	9.564.124	9.855.530	-3,5	-3,0
Sede	6.718.739	72,8	7.153.856	6.979.812	-6,1	2,5
Parque Campismo	1.257.622	13,6	1.114.508	1.060.170	12,8	5,1
Centro Férias	127.047	1,4	133.519	163.111	-4,8	-18,1
Secções Regionais	1.116.669	12,1	1.158.660	1.645.104	-3,6	-29,6
Lutuosa	4.825	0,1	3.582	7.334	34,7	-51,2
Resultado Antes de Impostos	-88.013	-	358.371	731.336	-	-
Sede	886.330	-	1.182.896	1.045.667	-25,1	13,1
Parque Campismo	50.375	-	-44.313	-15.225	-213,7	>100
Centro Férias	-462.995	-	-460.928	-444.033	0,4	3,8
Secções Regionais	-559.760	-	-308.783	150.103	81,3	>-100
Lutuosa	-1.963	-	-10.500	-5.176	-81,3	>100

■ PARQUE DE CAMPISMO E CARAVANISMO

A exploração do Parque de Campismo, gerou um resultado positivo, que neste exercício, se situou em cerca de 50 mil euros.

(Unid: Euro)

CONTAS	2015		2014 Valor	2013 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			15/14	14/13
GASTOS	1.207.247	100,0	1.158.821	1.075.395	4,2	7,8
61 Custo Merc. Vendas e Mat. C.	2.545	0,2	4.325	2.360	-41,2	83,3
62 Fornecimentos e Serviços Ext.	604.020	50,0	559.315	519.553	8,0	7,7
63 Gastos com o Pessoal	466.337	38,6	492.822	454.914	-5,4	8,3
64 Gastos de Deprec. e Amort.	73.810	6,1	72.979	69.902	1,1	4,4
67 Provisões do Período	41.748	3,5	15.999	15.607	>100	2,5
68 Outros Gastos e Perdas	7.208	0,6	1.415	988	>100	43,1
69 Gastos e Perdas de Financ.	11.579	1,0	11.966	12.071	-3,2	-0,9
RENDIMENTOS	1.257.622	100,0	1.114.508	1.060.170	12,8	5,1
72 Prestações de Serviços	1.224.104	97,3	974.773	896.723	25,6	8,7
78 Outros Rendimentos e Ganhos	33.263	2,6	139.368	163.228	-76,1	-14,6
79 Juros e Outros Rend. Similares	254	0,0	367	219	-30,7	67,8
Resultado Antes de Imposto	50.375	-	(44.313)	(15.225)	>100	>100
Imposto Sobre o Rendimento	0	-	0	307	-	-100,0
RESULTADO DO EXERCÍCIO	50.375	-	(44.313)	(15.532)	-	-

Das contas de 2015 do Parque de Campismo e Caravanismo, destaca-se, entretanto, o aumento de 12,8% nos rendimentos globais.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.2. Análise por Empresas

■ CENTRO DE FÉRIAS E FORMAÇÃO

O resultado obtido pelo Centro de Férias e Formação, em 2015, situou-se em mais de 460 mil euros negativos.

(Unid: Euro)

CONTAS	2015		2014	2013	Variação (%)	
	Valor	(%)			Valor	Valor
GASTOS	590.042	100,0	594.446	607.144	-0,7	-2,1
61 Custo Merc. Vendidas e Mat. C.	3.129	0,5	5.387	5.092	-41,9	5,8
62 Fornecimentos e Serviços Ext.	202.375	34,3	199.965	203.468	1,2	-1,7
63 Gastos com o Pessoal	182.745	31,0	194.335	203.754	-6,0	-4,6
64 Gastos de Deprec. e Amort.	182.482	30,9	184.967	184.032	-1,3	0,5
67 Provisões do Período	15.964	2,7	6.104	6.468	>100	-5,6
68 Outros Gastos e Perdas	1.924	0,3	1.680	327	14,5	>100
69 Gastos e Perdas de Financ.	1.424	0,2	2.008	4.002	-29,1	-49,8
RENDIMENTOS	127.047	100,0	133.519	163.111	-4,8	-18,1
72 Prestações de Serviços	115.106	90,6	122.944	156.183	-6,4	-21,3
78 Outros Rendimentos e Ganhos	11.941	9,4	10.575	6.929	12,9	52,6
Resultado Antes de Imposto	(462.995)	-	(460.928)	(444.033)	0,4	3,8
Imposto Sobre o Rendimento	0	-	0	0	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(462.995)	-	(460.928)	(444.033)	-	-

Comparativamente ao ano anterior, assinalam-se as seguintes variações:

- Os gastos globais decresceram 0,7% (- 4 mil euros), em 2015;
- A rubrica de fornecimentos e serviços externos aumentou 1,2% (+ 2 mil euros);
- Os gastos com pessoal diminuíram 6% (- 12 mil euros);
- Os gastos e perdas de financiamento baixaram em relação ao ano anterior, em 49,8% (- 2 mil euros), neste exercício;
- Do total dos rendimentos obtidos, 90,6% correspondem a prestações de serviços, que baixaram 6,4% (- 8 mil euros).

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.3. ANÁLISE FINANCEIRA

Comparativamente ao exercício anterior, o património do Sindicato, refletido no Balanço, avaliado em cerca de 23 milhões de euros, cresceu 0,7%.

(Unid: Euro)

CONTAS	2015		2014 Valor	2013 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			15/14	14/13
ATIVO	23.240.775	100,0	23.074.856	22.633.416	0,7	2,0
Ativo Não Corrente	8.591.748	37,0	8.976.922	9.330.428	-4,3	-3,8
Ativo Corrente	14.649.027	63,0	14.097.934	13.302.988	3,9	6,0
Ativos detidos para venda	2.003.152	8,6	2.003.152	2.003.152	0,0	0,0
Inventário	0	0,0	0	2.745	-	-100,0
Contas a receber	8.108.303	34,9	5.100.962	4.862.724	59,0	4,9
Diferimentos	8.479	0,0	0	0	-	-
Caixa e depósitos bancários	4.529.093	19,5	6.993.820	6.434.367	-35,2	8,7

No final do exercício, o ativo não corrente e o ativo corrente estavam representados, de forma aproximada, nesta parcela do Balanço (37% e 63%, respetivamente).

As contas a receber e as disponibilidades em caixa e depósitos bancários repartiram, entre si, cerca de 54,4% do ativo. O montante das contas a receber incluía uma soma elevada de débitos relativos às organizações pertencentes à esfera do SBSI. A conta estado e outros entes públicos também preenchia uma quota considerável desse total, contribuindo para tal posição os pedidos de reembolso do IVA.

As disponibilidades, com uma representação maioritária de depósitos em bancos, decresceram 35,2% em relação ao período passado.

O capital próprio e o passivo tinham a seguinte composição, no final do exercício:

(Unid: Euro)

CONTAS	2015		2014 Valor	2013 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			15/14	14/13
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	23.240.776	100,0	23.074.856	22.633.416	0,7	2,0
CAPITAL PRÓPRIO	20.997.269	90,3	21.085.282	20.741.631	-0,4	1,7
Reservas	19.674.520	93,7	19.537.060	19.250.742	0,7	1,5
Resultados transitados	1.410.762	6,7	1.204.571	775.093	17,1	55,4
Resultado Líquido	(88.013)	-0,4	343.651	715.796	>-100	-52,0
PASSIVO	2.243.507	9,7	1.989.574	1.891.785	12,8	5,2
Passivo Não Corrente	616.905	2,7	620.702	598.643	-0,6	3,7
Provisões	616.905	2,7	620.702	598.643	-0,6	3,7
Passivo Corrente	1.626.602	7,0	1.368.872	1.293.142	18,8	5,9
Contas a pagar	1.626.602	7,0	1.368.872	1.293.142	18,8	5,9

Em termos homólogos, o capital próprio e o passivo cresceram 0,7% e 12,8%, respetivamente.

As reservas e resultados transitados evoluíram no sentido ascendente, tendo contribuído para o aumento do montante do capital próprio.

As contas a pagar, que traduzem o comportamento dos créditos relativos às outras organizações do SBSI, justificaram mais de metade do aumento do passivo, tendo aumentado em 18,8%.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(valores expressos em Euros)

Balanços

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Demonstrações de Alterações nos Fundos Patrimoniais

Anexo às Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SBSI - Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	2015	2014
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	8.591.040	8.976.686
Participações financeiras - outros ativos financeiros	6	708	236
Total do ativo não corrente		<u>8.591.748</u>	<u>8.976.922</u>
ATIVO CORRENTE:			
Ativos não correntes detidos para venda	7	2.003.152	2.003.152
Clientes	8	18.948	45.893
Estados e outros entes públicos	9	288.915	297.686
Outras contas a receber	10	7.800.441	4.757.383
Diferimentos		8.479	-
Caixa e depósitos bancários	4	4.529.093	6.993.820
Total do ativo corrente		<u>14.649.028</u>	<u>14.097.934</u>
Total do ativo		<u><u>23.240.776</u></u>	<u><u>23.074.856</u></u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Reservas estatutárias	11	19.674.520	19.537.060
Resultados transitados	11	1.410.762	1.204.571
		<u>21.085.282</u>	<u>20.741.631</u>
Resultado líquido do período		(88.013)	343.651
Total dos fundos patrimoniais		<u>20.997.269</u>	<u>21.085.282</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	12	616.905	620.702
Total do passivo não corrente		<u>616.905</u>	<u>620.702</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	13	267.974	324.342
Adiantamentos de clientes	14	29.862	84.969
Estado e outros entes públicos	9	103.435	111.932
Outras contas a pagar	15	1.225.331	846.902
Diferimentos		-	727
Total do passivo corrente		<u>1.626.602</u>	<u>1.368.872</u>
Total do passivo		<u>2.243.507</u>	<u>1.989.574</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u><u>23.240.776</u></u>	<u><u>23.074.856</u></u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2015.

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SBSI - Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	16	8.800.698	8.982.295
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	17	(31.733)	(31.763)
Fornecimentos e serviços externos	18	(4.695.656)	(4.502.039)
Gastos com o pessoal	19	(2.880.524)	(2.909.041)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	12	(80.392)	-
Provisões (aumentos / reduções)	12	(196.538)	(233.483)
Reversões de imparidades de dívidas a receber (perdas / reversões)	12	15.650	-
Outros rendimentos e ganhos	20	345.213	471.138
Outros gastos e perdas	21	(909.540)	(993.512)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		367.178	783.595
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	(493.947)	(491.775)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(126.769)	291.820
Juros e rendimentos similares obtidos	22	63.340	110.692
Juros e gastos similares suportados	23	(24.584)	(44.141)
Resultado antes de impostos		(88.013)	358.371
Imposto sobre o rendimento do período		-	(14.720)
Resultado líquido do período		(88.013)	343.651

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2015.

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

Descrição	2015	2014
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Serviços Prestados	8.883.945	9.227.015
Pagamentos a Fornecedores	(4.416.105)	(5.100.872)
Pagamentos ao Pessoal	(2.891.169)	(2.655.741)
Fluxo gerado pelas operações	1.576.671	1.470.402
Outros Pagamentos / Recebimentos Rel. At. Operacionais	(443.176)	(871.923)
Fluxo de Atividades Operacionais [1]	1.133.495	598.479
Atividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos Fixos Tangíveis	101.634	0
Juros e Rendimentos Similares	61.680	110.612
Sub-total - Recebimentos	163.314	110.612
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos Fixos Tangíveis	(236.744)	(106.269)
Fundos Compensação Trabalho	(472)	(233)
Sub-total - Pagamentos	(237.216)	(106.502)
Fluxo de Atividades de Investimento [2]	(73.902)	4.110
Atividades de Financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Operações de Financiamento	(3.500.000)	0
Juros e Gastos Similares	(24.320)	(43.136)
Sub-total - Pagamentos	(3.524.320)	(43.136)
Fluxo de Atividades de Financiamento [3]	(3.524.320)	(43.136)
Variações de caixa e seus equivalentes [4]	(2.464.727)	559.453
Caixa e seus equivalentes - Início do período	6.993.820	6.434.367
Caixa e seus equivalentes - Fim do período	4.529.093	6.993.820

O anexo faz parte integrante da demonstração de fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2015.

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NOS EXERCÍCIOS DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Reservas estatutárias	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no início do exercício de 2014		19.250.741	775.093	1.346.063	20.741.631
Aplicação de resultados		71.580	429.479	(501.059)	-
Reserva da Lutuosa		214.739		(214.739)	-
Resultado líquido do exercício de 2014		-	-	343.651	343.651
Posição no fim do exercício de 2014		<u>19.537.060</u>	<u>1.204.572</u>	<u>973.916</u>	<u>21.085.282</u>
Aplicação de resultados	2	34.365	206.190	(240.555)	-
Reserva da Lutuosa		103.095	-	(103.095)	-
Resultado líquido do exercício de 2015		-	-	(88.013)	(88.013)
Posição no fim do exercício de 2015		<u>19.674.520</u>	<u>1.410.762</u>	<u>542.253</u>	<u>20.997.269</u>

As notas anexas fazem parte integrante das demonstrações de alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2015.

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (adiante igualmente designado por “SBSI”) é o principal sindicato português e foi criado em 30 de Julho de 1975, com a entrada em vigor dos novos estatutos do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa.

A sua atividade abrange todos os trabalhadores de instituições financeiras, que exerçam a sua atividade nos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal, bem como nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

O SBSI está filiado na União Geral de Trabalhadores e na UNI - Federação Sindical Internacional da área dos serviços.

Para além das suas atividades no campo das relações laborais, nomeadamente na contratação coletiva de trabalho, o SBSI gere os Serviços de Assistência Médico - Social (adiante igualmente designado por “SAMS do SBSI”), principal organização privada de saúde portuguesa.

Na área da ocupação dos tempos livres, o SBSI dispõe de um Centro de Férias e Formação, em Ferreira do Zêzere, e de um Parque de Campismo, em Olhão.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2012, vertidos no Decreto – Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que aprova o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (“SNC – ESNL”), incluindo a norma contabilística e de relato financeiro prevista no Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e dos modelos de demonstrações financeiras e plano de contas, definidos nas portaria n.º 105/2011 e n.º 106/2011 de 14 de março, respetivamente. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado, genericamente, por “NCRF – ESNL”.

O SNC – ESNL são parte integrante do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, incluindo a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos nº 15652/2009, nº15655/2009 e nº15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidas de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis correspondem, essencialmente, a direitos de propriedade industrial e encontra-se registado ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas linearmente, por quotas constantes, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzidos de amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	5 a 7
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	6 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

d) Participações financeiras – outros ativos financeiros

Instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto, o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores. O FCT é gerido pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP e financiado pelas entidades empregadoras através de entregas correspondentes a 0,925% da retribuição base e diuturnidades por cada trabalhador abrangido, a partir de 1 de outubro de 2013.

Estas verbas encontram-se registadas na rubrica de “Outros Ativos Financeiros – Fundos de Compensação do Trabalho”, tendo sido efetuada no exercício de 2015 a dotação correspondente a 472 Euros (233 Euros em 2014).

e) Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a venda.

O método de custeio dos inventários adotado pelo SBSI consiste no custo médio ponderado.

f) Ativos não correntes detidos para venda

O SBSI classifica um ativo como não corrente detido para venda se for expectável que a entidade venha a recuperar o investimento através da venda e não do seu uso continuado, e que a venda venha a ocorrer no curto prazo.

Os ativos não correntes detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre:

- Quantia escriturada;
- Justo valor menos os custos associados à venda.

O ativo após ter sido transferido para esta categoria não é sujeito a amortizações, sendo efetuada regularmente uma análise de imparidade.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**g) Capitais próprios – reservas estatutárias

Os capitais próprios englobam as Reservas Estatutárias, que correspondem aos fundos especiais previstos nos estatutos do SBSI. Desta forma, os resultados transitados, as reservas e o resultado líquido do exercício, sendo ambos repartidos por dois regimes, de acordo com as seguintes características:

- Fundo Sindical - destinado à cobertura de eventuais saldos negativos do exercício;
- Fundo de greve e solidariedade - a ser aplicado, exclusivamente, em auxílio a sócios cujos vencimentos tenham sido diminuídos como resultado da adesão à greve declarada ou apoiada pelos órgãos do SBSI estatutariamente competentes. Este fundo destina-se também a permitir que o SBSI preste auxílio a sócios em situações de carência;
- Fundo de auxílio económico - destinado a ser utilizado no apoio a sócios e seus familiares que se encontrem em situações previstas no respetivo regulamento;

Adicionalmente, dentro das Reservas estatutárias o SBSI regista o Fundo da Lutuosa.

h) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

i) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

j) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade.

A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

k) Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando o SBSI tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

l) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Caixa e depósitos a bancários
- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

Ativos e passivos financeiros ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Foi registada uma imparidade para as dívidas a receber de beneficiários e utentes, tendo em consideração a respetiva idade e o período esperado de recuperação das dívidas. Para as restantes dívidas a receber foram analisadas as diferentes situações de acordo com a perspetiva económica de recuperação da dívida.

Adicionalmente, para todas as contas a receber que se encontravam em contencioso, foram registadas imparidades pela totalidade da dívida.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Entidade reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

m) Fundo de pensões

O SBSI / SAMS assumiram a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma e invalidez, bem como pensões de pré-reforma, em regime complementar ao da Segurança Social e em conformidade com os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados pelo SBSI. Para fazer face a essa responsabilidade o SBSI dispõe de uma provisão, cujo reforço anual corresponde a uma percentagem sobre as remunerações anuais dos seus empregados (Nota 12).

n) Vendas e prestações de serviços

As vendas, as prestações de serviços e as quotizações dos sócios do SBSI são registadas em proveitos nas rubricas de “Vendas de mercadorias e prestações de serviços”.

As quotizações correspondem a 1% a cargo dos trabalhadores que livremente se sindicalizem junto do SBSI.

o) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

p) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“eventos ajustáveis”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“eventos não ajustáveis”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

q) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2015 e 2014 detalha-se conforme se segue:

	2015	2014
Disponibilidades:		
Caixa	4.202	9.909
Depósitos à ordem	2.024.891	913.911
Depósitos a prazo	2.500.000	6.070.000
	<u>4.529.093</u>	<u>6.993.820</u>

Em 31 de dezembro de 2015, os “Depósitos a prazo” compreende aplicação no montante global de 2.500.000 Euros com vencimento em 28 de março de 2016.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2015				
	Saldo Inicial	Adições	Abates	Alienações	Saldo Final
Ativo Bruto					
Terrenos e outros recursos naturais	1.784.972	-	-	-	1.784.972
Edifícios e outras construções	15.481.833	77.457	-	-	15.559.290
Equipamento básico	496.940	1.536	(2.838)	-	495.638
Equipamento de transporte	71.218	-	-	-	71.218
Equipamento administrativo	2.651.792	69.718	(44.888)	(51.678)	2.624.944
Outros ativos fixos tangíveis	163.237	1.926	(2.230)	-	162.933
	<u>20.649.992</u>	<u>150.637</u>	<u>(49.956)</u>	<u>(51.678)</u>	<u>20.698.995</u>
Depreciações					
Terrenos e Recursos Naturais	278.864	-	-	-	278.864
Edifícios e outras construções	8.284.006	403.654	-	-	8.687.660
Equipamento básico	474.283	9.280	(2.838)	-	480.725
Equipamento de transporte	66.192	2.171	-	-	68.363
Equipamento administrativo	2.423.097	72.575	(44.857)	(9.375)	2.441.440
Outros ativos fixos tangíveis	146.864	6.267	(2.228)	-	150.903
	<u>11.673.306</u>	<u>493.947</u>	<u>(49.923)</u>	<u>(9.375)</u>	<u>12.107.955</u>
Ativo Líquido	<u>8.976.686</u>	<u>(343.310)</u>	<u>(33)</u>	<u>(42.303)</u>	<u>8.591.040</u>

No exercício de 2015, a rubrica de “Edifícios e outras construções” engloba obras realizadas no edifício da sede, no parque de campismo de Olhão e no centro de férias de Ferreira do Zêzere.

Em “Equipamento Administrativo” encontram-se registadas aquisições no âmbito do equipamento informático.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

	2014		
	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Ativo Bruto			
Terrenos e outros recursos naturais	1.784.972	-	1.784.972
Edifícios e outras construções	15.471.046	10.787	15.481.833
Equipamento básico	494.019	2.921	496.940
Equipamento de transporte	71.076	142	71.218
Equipamento administrativo	2.544.002	107.790	2.651.792
Outros ativos fixos tangíveis	146.841	16.396	163.237
Ativos fixos tangíveis em curso	-	-	-
	<u>20.511.956</u>	<u>138.036</u>	<u>20.649.992</u>
Depreciações			
Terrenos e Recursos Naturais	278.864	-	278.864
Edifícios e outras construções	7.873.420	410.586	8.284.006
Equipamento básico	460.862	13.421	474.283
Equipamento de transporte	63.880	2.312	66.192
Equipamento administrativo	2.359.823	63.274	2.423.097
Outros ativos fixos tangíveis	144.682	2.182	146.864
	<u>11.181.531</u>	<u>491.775</u>	<u>11.673.306</u>
Ativo Líquido	<u>9.330.425</u>	<u>(353.739)</u>	<u>8.976.686</u>

No exercício de 2014, na rubrica de “Equipamento Administrativo” encontram-se registadas aquisições de equipamento informático, nomeadamente computadores.

6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto, o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores. O FCT é gerido pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP e financiado pelas entidades empregadoras através de entregas correspondentes a 0,925% da retribuição base e diuturnidades por cada trabalhador abrangido, a partir de 1 de outubro de 2013. Estas verbas encontram-se registadas na rubrica de “Outros Ativos Financeiros – Fundos de Compensação do Trabalho”.

	Saldo em 31-12-2013	Dotação	Saldo em 31-12-2014	Dotação	Saldo em 31-12-2015
Outros Ativos Financeiros - Fd. Compensação Trabalho	3	233	236	472	708
	<u>3</u>	<u>233</u>	<u>236</u>	<u>472</u>	<u>708</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

7. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica é composta pelo imóvel denominado por “Palacete”, sendo expectativa do SBSI que o mesmo venha a ser alienado no curto prazo. Até esta data o mesmo ainda não foi alienado pelo facto das condições do mercado imobiliário não o terem permitido.

	Saldo em 31-12-2014	Saldo em 31-12-2015
Ativos não correntes detidos para venda	2.003.152	2.003.152
	<u>2.003.152</u>	<u>2.003.152</u>

8. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Clientes” tem a seguinte composição:

	2015	2014
Créditos a Beneficiários:		
Conta Corrente Sócios, não sócios e Outros	17.423	55.228
	<u>17.423</u>	<u>55.228</u>
Clientes Cobrança Duvidosa:		
Associados - Contencioso	5.621	5.154
Associados	4.709	6.774
Outros devedores	89.648	89.647
	<u>99.978</u>	<u>101.575</u>
Clientes G.F. :		
Socios C.G.F	1.030	4.682
Trabalhadores C.G.F	495	734
Clientes com Títulos Cauccionados a Receber:		
Trabalhadores	-	1.850
Associados	-	240
	<u>1.525</u>	<u>7.506</u>
	<u>118.926</u>	<u>164.309</u>
Perdas por imparidade de dívidas a receber de clientes (Nota 12)	(99.978)	(118.416)
	<u>18.948</u>	<u>45.893</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	2015	2014
Saldos activos:		
Imposto sobre o valor acrescentado	271.865	270.033
Retenções na fonte (IRC)	17.050	27.653
	288.915	297.686
Saldos passivos:		
Contribuições para a Segurança Social	51.404	49.019
Imposto sobre o valor acrescentado	4.535	4.718
Retenções na fonte (IRS/IRC)	47.432	42.977
Contribuição Extraordinária de Solidariedade	19	498
Tributação Autónoma	45	-
IRC Estimativa de Imposto	-	14.720
	103.435	111.932

Nos valores passivos relativos a dezembro de 2015 incluem-se as contribuições da Segurança Social, retenções na fonte de IRS / IRC e IVA – Imposto sobre o valor Acrescentado os montantes 51.404 Euros, 47.432 Euros e 4.535 Euros, respetivamente. A 31 de dezembro de 2014 foi efetuada estimativa de IRC, no valor de 14.720 Euros, não tendo havido lugar a pagamento de imposto, na sequência de alterações legislativas em sede de IRC, especificamente no que respeita ao n.º 7 do artigo 53º do CIRC. Este enquadramento fiscal mantém-se relativamente à atividade do exercício de 2015.

O saldo devedor de 271.865 Euros em 2015 (270.033 Euros, em 2014) inclui valores compensados no processo tributário de IVA relativo aos anos de 2000/2001 que se encontra impugnado judicialmente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outras contas a receber” apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
Adiantamentos ao Pessoal	15.830	17.644
	15.830	17.644
USP	3.390.354	3.390.354
SAMS	3.500.000	253.267
Devedores F.A.E	282.290	268.814
Devedores F.A.E - Despesas escolares	173.947	197.495
FEBASE	4.594	8.504
UGT	20.969	23.167
INETESE	73.500	76.000
Lutuosa	40.235	53.902
	7.485.889	4.271.503
Quotizações a receber		
Das instituições de crédito	391.397	478.174
	391.397	478.174
Outros devedores	21.779	21.448
	21.779	21.448
Devedores por acréscimos de rendimentos	2.786	5.462
Perdas por imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 12)	(117.240)	(36.848)
	7.800.441	4.757.383

Durante o exercício económico de 2015, no âmbito do Fundo de Auxílio Económico criado para apoio às despesas escolares, foram disponibilizados 332 apoios (340 em 2014), no montante global de 233.995 Euros (243.113 Euros em 2014). O valor do apoio e o período de restituição, depende do nível de escolaridade a que se destina e poderá ser no máximo 1.200 Euros e 12 meses, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2015, encontrava-se em dívida o valor correspondente a 173.947 Euros (197.495 Euros em 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, encontrava-se em dívida o montante de 73.500 Euros (76.000 Euros em 2014) no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado com o INETESE (Nota 24). Esta dívida foi integralmente ajustada, na medida em que o INETESE se encontra em processo especial de revitalização.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos mantidos com entidades relacionadas são os seguintes:

		2015	2014
Com os SAMS do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SAMS do SBSI):			
. Débitos a curto prazo - Outros	Nota 10	3.500.000	253.267
. Créditos a curto prazo - Outros	Nota 15	138.876	-
		<u>3.638.876</u>	<u>253.267</u>
Com a Unidade de Serviços Partilhados (USP):			
. Débitos a curto prazo - Adiantamento - Edifício Rua Elias Garcia	Nota 10	3.390.354	3.390.354
. Créditos a curto prazo - Outros	Nota 15	137.108	64.698
		<u>3.527.462</u>	<u>3.455.052</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o SBSI efetuou os seguintes débitos ao SAMS:

	2015	2014
Rendas de prédios urbanos	87.869	87.869
Reuniões do Conselho Geral e outras	41.152	37.221
Serviços de contencioso	129.149	47.589
Revista "O Bancário"	13.077	28.048
	<u>271.247</u>	<u>200.727</u>

No exercício de 2015 e na sequência da transferência dos Serviços de Aprovisionamento Geral da USP para os SAMS, os SAMS debitaram à Atividade Sindical pelos serviços prestados neste domínio, o montante de 2.197 Euros (2.267 Euros em 2014).

11. FUNDOS PATRIMONIAIS

A decomposição dos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é a seguinte:

	2015	2014
Resultados Transitados	1.410.761	1.204.571
Outras reservas		
Fundo Sindical	12.202.498	12.168.132
Fundo Greve e Solidariedade	6.892.696	6.789.601
Fundo de Auxílio Económico	300.000	300.000
Fundo da Lutuosa	279.327	279.327
	<u>19.674.521</u>	<u>19.537.060</u>
	<u>21.085.282</u>	<u>20.741.631</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

12. IMPARIDADE E PROVISÕES

O movimento ocorrido nas rubricas de imparidade e provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi como segue:

Descrição	Saldos em 31-12-2014	Reforços	Utilizações	Reversões	Saldos em 31-12-2015
Pensões de reforma	144.161	192.718	(200.335)	-	136.544
Processos fiscais em curso	476.541	3.820	-	-	480.361
	<u>620.702</u>	<u>196.538</u>	<u>(200.335)</u>	<u>-</u>	<u>616.905</u>
Imparidade de dívidas a receber de clientes (Nota 8):					
Dívidas de beneficiários e sócios	11.443	-	(2.788)	(4.073)	4.582
Dívidas em contencioso	17.326	-	-	(11.577)	5.749
Outras dívidas de terceiros	89.647	-	-	-	89.647
	<u>118.416</u>	<u>-</u>	<u>(2.788)</u>	<u>(15.650)</u>	<u>99.978</u>
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 10):	36.848	80.392	-	-	117.240
	<u>155.264</u>	<u>80.392</u>	<u>(2.788)</u>	<u>(15.650)</u>	<u>217.218</u>
	<u>775.966</u>	<u>276.930</u>	<u>(203.123)</u>	<u>(15.650)</u>	<u>834.123</u>

Descrição	Saldos em 31-12-2013	Reforços	Utilizações	Reversões e Regulariz.	Saldos em 31-12-2014
Pensões de reforma	125.963	229.622	(211.424)	-	144.161
Processos fiscais em curso	472.680	3.861	-	-	476.541
	<u>598.643</u>	<u>233.483</u>	<u>(211.424)</u>	<u>-</u>	<u>620.702</u>
Imparidade de dívidas a receber de clientes (Nota 8):					
Dívidas de beneficiários e sócios	11.443	-	-	-	11.443
Dívidas em contencioso	17.326	-	-	-	17.326
Outras dívidas de terceiros	89.647	-	-	-	89.647
	<u>118.416</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>118.416</u>
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 10):	36.848	-	-	-	36.848
	<u>155.264</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>155.264</u>
	<u>753.907</u>	<u>233.483</u>	<u>(211.424)</u>	<u>-</u>	<u>775.966</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica de "Pensões de reforma" respeita ao compromisso assumido pelo SBSI de conceder aos seus empregados complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social. Para fazer face a esta responsabilidade, o SBSI constituiu uma provisão cujo o saldo ascendia, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a 136.544 Euros e 144.161 Euros, respetivamente. No exercício de 2015, o reforço da provisão ascendeu a 192.718 Euros.

Tem estado a ser efetuado estudo atuarial por entidade especializada com vista à determinação das responsabilidades assumidas mostrando-se a provisão constituída, à partida, insuficiente para fazer face a essas responsabilidades em montante ainda não definitivamente estimado pelo facto do estudo ainda não ter sido concluído.

Na rubrica "Processos fiscais em curso" encontra-se registada a provisão para processos fiscais em sede de IVA, no valor correspondente a 480.361 Euros, em 2015, respeitantes aos anos de 2000/2001 e 2002 e que se encontram impugnados judicialmente. Esta provisão foi reforçada, no exercício de 2014 e 2013, no valor de 3.820 e 3.861 Euros, respetivamente (Nota 9).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

13. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de “Fornecedores apresentava a seguinte composição:

	2015	2014
Fornecedores conta corrente	267.974	324.342
	267.974	324.342

14. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Adiantamento de clientes” tem a seguinte composição:

	2015	2014
Utentes Parque de Campismo	29.862	84.969
	29.862	84.969

15. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
SAMS - Serviços de Assistência Médico Social	138.876	-
USP - Unidade Serviços Partilhados	137.108	64.698
Lutuosa	231.418	215.839
Sindicatos Congéneres	42.115	40.594
Pessoal - outras operações	256.951	117.211
Sindicatos	118	352
Outros credores por acréscimos	374.442	342.318
Outros Credores	44.303	65.890
	1.225.331	846.902

No exercício findo em 2015, na rubrica “Outros credores por acréscimos” está englobada a responsabilidade com férias e subsídio de férias para com os trabalhadores no valor de 323.683 Euros (326.306 Euros em 2014).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

16. VENDAS, SERVIÇOS PRESTADOS E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

A rubrica “Vendas, Serviços prestados e Subsídios de Exploração”, nos exercícios de 2015 e 2014, tem a seguinte composição:

	2015	2014
Prestações de Serviços		
Organização de Circuitos turísticos	450.429	504.774
Exploração Hoteleira e similar	311.603	582.781
Campismo e Caravanismo	1.224.104	708.292
	<u>1.986.136</u>	<u>1.795.847</u>
Quotizações		
Instituições Bancárias	6.705.397	7.064.506
Trabalhadores	51.394	51.058
	<u>6.756.791</u>	<u>7.115.564</u>
Outros Subsídios Exploração	57.771	70.884
	<u><u>8.800.698</u></u>	<u><u>8.982.295</u></u>

A diminuição na prestação de serviços na rubrica da “Exploração Hoteleira e similar”, em 2015 comparativamente com 2014, resulta essencialmente da menor taxa de ocupação verificada nos serviços disponibilizados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 verifica-se a diminuição dos “Subsídios de Exploração” ao nível da rubrica das “Quotizações”, cujo valor ascendeu a 6.756.791 Euros.

17. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Matérias primas, subsidiárias e consumo	29.759	30.103
Mercadorias	1.974	1.660
	<u>31.733</u>	<u>31.763</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” tem a seguinte composição:

	2015	2014
Subcontratos:		
Atividades turísticas	435.413	487.080
Aluguer de aldeamentos	180.732	215.393
Revista Febase	241.269	203.512
Serviços financeiros	303.055	317.451
Serviços de informática	165.002	208.350
Serviços administrativos	215.761	224.737
Serviços de manutenção e instalação	235.785	251.758
Serviços de estudos e auditoria	139.975	108.774
Limpeza, higiene e conforto	94.689	79.709
Segurança	82.685	83.368
Manutenção e instalação equipamentos	88.956	88.969
Outros subcontratos	174.626	203.328
	2.357.948	2.472.429
Fornecimentos e Serviços:		
Despesas de representação Órgãos Sociais	156.083	130.616
Deslocações e Estadas	237.141	220.290
Comunicação	322.277	262.951
Trabalhos Especializados	360.879	163.965
Rendas e Alugueres	127.054	129.709
Electricidade	214.531	215.764
Conservação e Reparação	201.564	168.464
Honorários	155.478	149.907
Publicidade e Propaganda	91.223	89.324
Outros	471.478	498.620
	2.337.708	2.029.610
	4.695.656	4.502.039

O total de serviços subcontratados à USP que se encontram englobados em diferentes sub rubricas da conta de “subcontratos”, totalizam 1.139.469 Euros e 1.201.502 Euros, no final de 2015 e 2014, respetivamente.

Na rubrica “Rendas e alugueres” encontram-se incluídos os seguintes valores relativos contratos de aluguer operacional, em 2015 e 2014:

2015	Estimativa de valor da renda anual	Rendas Vincendas
Viaturas	98.206	89.859
Equipamento Informático	57.524	75.103
Fotocopiadoras / Impressoras	37.207	37.207
	2014	Estimativa de valor da renda anual
		Rendas vincendas
Viaturas	92.141	94.166
Fotocopiadoras / Impressoras	36.817	19.805

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

19. GASTOS COM O PESSOAL

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais e os custos com o pessoal nos exercícios de 2015 e 2014 foram os seguintes:

	2015	2014
Remunerações dos Órgãos Sociais	233.660	295.624
Remunerações do pessoal	1.678.836	1.662.539
Encargos sobre remunerações	521.666	516.958
Encargos com seguros	8.170	10.325
Custos de ação social	7.183	5.244
Outros gastos com o pessoal	431.009	418.351
	<u>2.880.524</u>	<u>2.909.041</u>

20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2015	2014
Rendimentos Suplementares:		
Cedência de bens e serviços	77.396	173.286
Concessão estabelecimentos comerciais	20.560	19.124
Cursos de formação	1.392	3.618
Cursos de Arte	31.035	38.631
Outros	73.737	67.986
	<u>204.120</u>	<u>302.645</u>
Rendas de prédios urbanos		
SAMS	87.869	87.869
Outros rendimentos e ganhos	53.224	80.624
	<u>345.213</u>	<u>471.138</u>

21. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica "Outros gastos e perdas" apresenta a seguinte decomposição:

	2015	2014
Quotizações:		
U.G.T. -Uniao Geral Trabalhadores	472.975	498.089
FEBASE	99.936	117.000
U.G.T. - Quotização extraordinária	26.250	-
Outras	57.850	50.807
	<u>657.011</u>	<u>665.896</u>
Cooperação	38.368	264.805
Ofertas e Prémios	5.567	5.857
Impostos	20.183	8.226
Dívidas incobráveis	769	518
Perdas em investimentos não financeiros	19.715	-
Subsídios campanhas eleitorais	161.438	-
Outros	6.489	48.210
	<u>909.540</u>	<u>993.512</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

22. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS SIMILARES

A rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” tem a seguinte composição:

	2015	2014
Juros de depósitos bancários	63.282	110.612
Outros	58	80
	63.340	110.692

23. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” tem a seguinte composição:

	2015	2014
Serviços Bancários	24.320	43.136
Juros suportados	-	35
Outros	264	970
	24.584	44.141

24. PRINCIPAIS PROTOCOLOS E CONTRATOS

a) Protocolo de Colaboração com o INETESE

Em 20 de julho de 2012 foi celebrado Protocolo de Colaboração entre o SBSI e a Associação para o Ensino e Formação, denominado de INETESE, para promover e desenvolver ações conjuntas no apoio à qualificação e formação profissional.

No âmbito deste protocolo o SBSI disponibilizou à INETESE o montante global de 100.000 Euros cujo reembolso será realizado de outubro de 2012 até abril de 2015, segundo um plano de pagamentos mensais estabelecido no próprio protocolo.

Durante o exercício de 2014, o INETESE liquidou a verba correspondente a 2.250 Euros, sendo o valor em dívida à data de 31.12.2014 de 76.000 Euros.

Durante o exercício de 2015, foram liquidados pelo INETESE 2.500 Euros, sendo o valor em dívida de 73.500 Euros (Nota 10).

Por decisão do Tribunal de Comércio de Lisboa, datado de 15 de janeiro de 2016, foi decretado o Processo Especial de Revitalização da INETESE, tendo a dívida de 73.500 Euros sido integralmente ajustada.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015****25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Direção do SBSI em 17 de Março de 2016.

A DIREÇÃO

Rui da Cunha Mendes Riso – Presidente
Fernando Horácio de Jesus Oliveira – Vice -Presidente
Paulo de Amaral Alexandre - Secretário
João Nunes de Carvalho - Tesoureiro
António José Real da Fonseca
Rui Manuel dos Santos Alves
Cristina Alexandra Pereira Trony
Humberto Miguel Lopes da Cruz Cabral
José Maria Pastor de Oliveira
António Manuel Tavares Ramos
Carlos Daniel da Paz Castanheira Bispo
Ângela Cardoso Ruivo Nunes Filipe
Rute Cláudia Marques Jesus Almeida

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS DO EXERCÍCIO DE 2015

De harmonia com o disposto no art.º 80, n.º 1, al. a) dos Estatutos do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, a Direção do propõe a cobertura do saldo negativo do exercício de 2015, no montante de 88.013,26 Euros, com a utilização do:

- Fundo Sindical (88.013,26 Euros)

Lisboa, 17 de Março de 2016

A DIREÇÃO

Rui da Cunha Mendes Riso – Presidente
Fernando Horácio de Jesus Oliveira – Vice -Presidente
Paulo de Amaral Alexandre - Secretário
João Nunes de Carvalho - Tesoureiro
António José Real da Fonseca
Rui Manuel dos Santos Alves
Cristina Alexandra Pereira Trony
Humberto Miguel Lopes da Cruz Cabral
José Maria Pastor de Oliveira
António Manuel Tavares Ramos
Carlos Daniel da Paz Castanheira Bispo
Ângela Cardoso Ruivo Nunes Filipe
Rute Cláudia Marques Jesus Almeida

ANEXOS

Parque de Campismo

Balanços
Demonstrações dos Resultados por Naturezas

Centro de Férias e Formação

Balanços
Demonstrações dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SBSI - Parque de Campismo

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	2015	2014
ATIVO NÃO CORRENTE:		
Activos fixos tangíveis	864.513	877.722
Total do activo não corrente	864.513	877.722
ATIVO CORRENTE:		
Clientes	4.230	4.014
Estados e outros entes públicos	5.547	-
Outras contas a receber	2.463.560	2.499.817
Diferimentos	1.676	-
Caixa e depósitos bancários	376.066	111.950
Total do activo corrente	2.851.080	2.615.780
Total do activo	3.715.593	3.493.503
<hr/>		
CAPITAL PRÓPRIO:		
Resultados transitados	395.574	395.574
Resultado líquido do período	50.375	(44.313)
	445.949	351.261
Interesses minoritários		
Total do capital próprio	445.949	351.261
PASSIVO:		
Fornecedores	7.292	8.669
Adiantamentos de clientes	29.898	78.779
Estado e outros entes publicos	20.093	(62.333)
Outras contas a pagar	3.212.361	3.117.127
Total do passivo corrente	3.269.644	3.142.243
Total do passivo	3.269.644	3.142.243
Total do capital próprio e do passivo	3.715.593	3.493.503

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SBSI - Parque de Campismo

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	1.224.104	974.773
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(2.545)	(4.325)
Fornecimentos e serviços externos	(604.020)	(559.315)
Gastos com o pessoal	(466.337)	(492.822)
Provisões (aumentos / reduções)	(41.748)	(15.999)
Outros rendimentos e ganhos	33.263	139.368
Outros gastos e perdas	(7.208)	(1.415)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	135.509	40.265
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(73.810)	(72.979)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	61.700	(32.714)
Juros e rendimentos similares obtidos	254	367
Juros e gastos similares suportados	(11.579)	(11.966)
Resultado líquido do período	50.375	(44.313)

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SBSI - CFF - Centro Férias e Formação

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	2015	2014
ATIVO NÃO CORRENTE:		
Ativos fixos tangíveis	319.092	471.172
Total do ativo não corrente	319.092	471.172
ATIVO CORRENTE:		
Estados e outros entes públicos	653	24.220
Diferimentos	921	-
Caixa e depósitos bancários	121.030	100.650
Total do ativo corrente	122.604	124.870
Total do ativo	441.696	596.042
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CAPITAL PRÓPRIO:		
Resultados transitados	(4.361.387)	(4.361.387)
Resultado líquido do período	(462.995)	(460.928)
Total do capital próprio	(4.824.382)	(4.822.315)
PASSIVO:		
Fornecedores	1.429	1.475
Adiantamentos de clientes	1.866	2.056
Estado e outros entes publicos	5.199	-
Outras contas a pagar	5.257.584	5.414.825
Total do passivo corrente	5.266.078	5.418.356
Total do passivo	5.266.078	5.418.356
Total do capital próprio e do passivo	441.696	596.042

A Direção do SBSI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SBSI - CFF - Centro Férias e Formação

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	2015	2014
Vendas e serviços prestados	115.106	122.944
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(3.129)	(5.387)
Fornecimentos e serviços externos	(202.375)	(199.965)
Gastos com o pessoal	(182.745)	(194.335)
Provisões (aumentos / reduções)	(15.964)	(6.104)
Outros rendimentos e ganhos	11.941	10.575
Outros gastos e perdas	(1.924)	(1.680)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(279.089)	(273.952)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(182.482)	(184.967)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(461.571)	(458.920)
Juros e gastos similares suportados	(1.424)	(2.008)
Resultado líquido do período	(462.995)	(460.928)

A Direção do SBSI